



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA – NOTURNO**

UNIDADE PROPONENTE

CAMPUS DE NAVIRAÍ

Coordenadoria dos Órgãos Colegiados

Cidade Universitária, s/n Caixa Postal 549 Fone: (067) 3345-7041



1 Identificação do Curso

1.1 Denominação do Curso

Licenciatura em Pedagogia

1.2 Código e-MEC: 121798

1.3 Habilitação (quando houver)

O curso não oferece habilitações.

1.4 Grau Acadêmico conferido

Licenciatura

1.5 Modalidade de ensino

Presencial

1.6 Regime de matrícula

Semestral de matrícula por disciplinas

1.7 Tempo de duração (em semestres):

a) Proposto para integralização curricular

8 semestres

b) Mínimo do CNE

8 semestres

c) Máximo UFMS

12 semestres

1.8 Carga Horária mínima (em horas):

a) Mínima CNE

3200



b) Mínima UFMS

3201

1.9 Número de vagas ofertadas por ingresso (curso na modalidade presencial)

60 vagas

1.10 Número de entradas

1

1.11 Turno de funcionamento (curso presencial)

Noturno e sábado matutino e vespertino

1.12 Local de funcionamento

1.12.1 Unidade Setorial Acadêmica de lotação do curso

Câmpus de Naviraí

1.12.2 Endereço da Unidade Setorial Acadêmica de lotação do curso

Rodovia MS 141 s/n, Km 02, Saída para Ivinhema, Naviraí-MS

1.13 Forma de ingresso

O ingresso ocorre mediante Sistema Unificado de Seleção (Sisu) baseado no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), movimentação interna, transferências de outras IES e portadores de diplomas de curso de graduação em nível superior, na existência de vaga, e transferência compulsória.

2 Fundamentação Legal

A fundamentação legal deste projeto pedagógico deve atender ao disposto nos seguintes documentos:

- Lei nº 9.394, de 20.12.1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN);
- Resolução CAEN nº 170, de 16.10.2000, que aprova o Regulamento do Sistema de Matrícula por série para os cursos de graduação da UFMS;



- Parecer CNE/CP nº 9/2001, que trata das Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores de Educação Básica, em Nível Superior, cursos de Licenciatura de Graduação Plena;
- Resolução CNE/MEC nº 1/2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores de Educação Básica, em Nível Superior, cursos de Licenciatura de Graduação Plena;
- Decreto nº 5626, de 24.04.2005, Regulamenta a Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Resolução CNE/CP de 19/02/2002, institui duração e carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior;
- Resolução COUN nº 31, de 19.08.2003, que dá conhecimento à comunidade universitária do Estatuto da UFMS, aprovado pela Portaria MEC nº 1.686, de 03.07.2003;
- Lei nº 10.639, de 9/01/2003, estabelece diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.
- Resolução CAEN nº 93, de 18 de junho de 2003, que aprova as orientações para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso;
- Resolução COUN nº 55*, de 30.08.2004, que aprova o Regimento Geral da UFMS;
- Lei no 10.861, de 14.04.2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- Parecer CNE/CP nº 5, de 13.12.2005, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, Licenciatura; e Emenda Retificativa constante do Parecer CNE/CP nº 3, de 21.02.2006.
- Resolução CNE/MEC nº 1, de 15.05.2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura;
- Lei nº 11.788/2008 de 25/09/2008, dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Resolução nº 214, de 17.12.2009, que aprova o Regulamento do Sistema Semestral de Matrícula por Disciplina dos Cursos de Graduação, presenciais, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;



- Resolução COEG nº 166, de 13.10.2009, que aprova a reformulação das regras de transição entre o regime de matrículas por série e o regime de matrículas por disciplinas para os cursos de graduação da UFMS;
 - A Resolução Coeg nº 107/2010 que aprova o Regulamento do Estágio para os acadêmicos dos Cursos de Graduação, presenciais, da UFMS;
 - A Resolução Coeg nº167/2010 que aprova o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE;
 - Resolução COEG nº 15 de 15 de fevereiro de 2011, que aprovou o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do Câmpus de Naviraí;
- Portaria MEC nº 133 de 27 de julho de 2012, publicada no DOU nº 146 de 30/7/12, que Reconheceu o Curso de Pedagogia do Câmpus de Naviraí;
- Resolução nº 2, de 4.1.2013, aprova o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA, no âmbito da UFMS;
 - Resolução COEG nº 707 de 16 de dezembro de 2014 que aprovou alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do Câmpus de Naviraí;
 - Resolução nº 2, de 1. 07. 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
 - Portaria MEC nº 1097 de 24 de dezembro de 2015, publicada no DOU nº 249 de 30/12/15, que Renovou o Reconhecimento do Curso de Pedagogia do Câmpus de Naviraí;
 - Resolução n. 106, de 4. 03. 2016, que aprova as Orientações Gerais para a Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

3. Contextualização

3.1 Histórico da UFMS

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) tem origem com a criação das Faculdades de Farmácia e de Odontologia, em 1962, na cidade de Campo Grande, embrião do ensino superior público no sul do então Estado de Mato Grosso.



Em 26.07.1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses cursos foram absorvidos pelo Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o primeiro curso de Medicina.

No ano de 1967, o Governo do Estado criou o Instituto Superior de Pedagogia, em Corumbá, e o Instituto de Ciências Humanas e Letras, em Três Lagoas, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16.09.1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Em 1970, foram criados e incorporados à UEMT, os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, a UEMT foi federalizada pela Lei Federal nº 6.674, de 05.07.1979, passando a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O então Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Atualmente, além da sede na Cidade Universitária em Campo Grande, onde funcionam as unidades setoriais: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), Escola de Administração e Negócios (ESAN), Faculdade de Medicina (FAMED), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ), Faculdade de Odontologia (FAODO), Faculdade de Direito (FADIR), Faculdade de Computação (FACOM), Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (FAENG), Instituto de Física (INFI), Instituto de Química (INQUI) e o Instituto de Matemática (INMA), a UFMS mantém unidades setoriais nas cidades de Aquidauana, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Nova Andradina, Naviraí, Ponta Porã, Bonito, Paranaíba e Três Lagoas, descentralizando o ensino para atender aos principais polos de desenvolvimento do Estado.

O Campus de Dourados (CPDO) foi transformado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com a sua instalação realizada em 01.01.2006, de acordo com a Lei nº 11.153, de 29.07.2005.

A UFMS possui cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e a distância. Os cursos de pós-graduação englobam especializações e programas de mestrado e doutorado.

Visando atingir os objetivos essenciais de aprimoramento do ensino e estímulo às atividades de pesquisa e de extensão, a UFMS vem participando ativamente da preservação dos recursos



naturais do meio ambiente de Mato Grosso do Sul, especialmente da fauna e flora do Pantanal, um dos biomas onde o estado está inserido.

3.2 Histórico da Unidade Setorial de Lotação do Curso

O Câmpus de Naviraí surge com o processo de expansão do Ensino Superior, meta do Reuni estabelecida pela UFMS. Para tanto, houve a parceria entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Prefeitura de Naviraí, tendo esta doado terreno para construção das instalações.

Destaca-se que Naviraí é cidade polo do Cone Sul, e que a presença da UFMS/CPNV propicia desenvolvimento intelectual e cultural também à população das cidades circunvizinhas. Tal implantação considerou uma sondagem na região que detectou a necessidade de formação de professores para atuar na Educação Básica, sendo o curso de Pedagogia voltado para a atuação na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental e o curso de Ciências Sociais para atuar no Ensino Médio.

Em janeiro de 2009, foi nomeado um diretor pró-tempore, sendo o responsável pela condução do processo de implantação e implementação do CPNV. A prefeitura, mediante parceria, contribuiu para a operacionalização do início de trabalho acadêmico, concedendo salas de aula e disponibilizando recursos tecnológicos e didáticos, bem como todo o aparato e trabalho de secretaria, via secretária *ad hoc*, da Escola Municipal Marechal Rondon, unidade onde iniciaram as aulas a partir do dia 5 de fevereiro de 2009.

No início de 2010, outros servidores integraram a equipe, também via concurso público: um técnico em assuntos educacionais, uma bibliotecária e quatro assistentes administrativos.

No dia 30 de março de 2010, o Câmpus foi inaugurado em sede própria, situado na Rodovia MS 141, Km 2, saída para Ivinhema, oferecendo toda a infraestrutura para o desenvolvimento do trabalho, tanto acadêmico quanto administrativo. Ainda no ano de 2010, juntaram-se à equipe mais servidores concursados, sendo dois técnicos: um na área de contabilidade e outro na área de informática.

Atualmente o CPNV conta com os Cursos de Administração, Ciências Sociais e Pedagogia. O quadro de pessoal está estruturado com 8 (oito) professores efetivos e 13 (treze) servidores técnicos administrativos concursados.

3.3 Histórico do Curso

Coordenadoria dos Órgãos Colegiados



O Curso de Pedagogia – Licenciatura, implantado na UFMS no primeiro semestre de 2009, teve o seu funcionamento autorizado pela Resolução COUN nº 65, de 28.08.2008. Sua implantação deu-se pela necessidade de fomentar e ampliar a oferta de cursos de formação de professores no país e na região do Cone Sul, onde se situa o campus sede do curso, em especial na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, atendendo às demandas locais e nacionais.

4 Necessidade Social do Curso

4.1 Indicadores socioeconômicos da população da mesorregião

De acordo com dados do IBGE (BRASIL, 2016), o município de Naviraí conta com aproximadamente 52.000 (cinquenta e dois mil) habitantes, sendo estimada uma população de 55.000 (cinquenta e cinco mil habitantes) para 2016. A cidade ocupa uma área de 3.163 Km². O índice de desenvolvimento humano (IDH) da cidade é de 0,700, que é levemente superior ao IDH nacional, que é de 0,699 (dados de 2010).

Segundo dados do IBGE (BRASIL, 2016), o censo escolar de 2012 apontou que a cidade contabilizava 7.327 matrículas no Ensino Fundamental, 1.923 matrículas no Ensino Médio, 1.229 matrículas no ensino pré-escolar, sendo que 90% dessas vagas são oferecidas por escolas públicas.

Quanto à economia, a região de Naviraí possui uma vocação voltada para atividades agroindustriais, serviços e serviços públicos. O setor de agronegócio compreende diversas indústrias do setor sucroalcooleiro, abate de aves, bovinos e suínos. Além disso, conta atualmente com uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais de pequeno, médio e grande porte, associados a setores como hoteleira e indústrias de variados ramos de atividades, algumas com relevância estadual e nacional.

Por fim, a cidade de Naviraí e região contam com aproximadamente 6000 servidores públicos.

4.2 Indicadores socioambientais da região

A cidade de Naviraí é integrante da microrregião denominada Iguatemi, formada pelos municípios de: Angélica; Coronel Sapucaia; Deodápolis; Eldorado; Glória de Dourados; Iguatemi; Itaquiraí; Ivinhema; Japorã; Jateí; Mundo Novo; Naviraí; Novo Horizonte do Sul; Paranhos; Sete



Quedas; e Juti. Ou seja, um total de 16 municípios que abrange uma área de 22.446,777 km², cuja população é de aproximadamente 240.000 habitantes. A cidade está localizada ao sul do estado de Mato Grosso do Sul, convergindo para si a responsabilidade de ser cidade polo de um território denominado de “Cone Sul”, formado pelos municípios de: Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Mundo Novo, Sete Quedas, Juti, Paranhos e Naviraí.

Os dados do IBGE (BRASIL, 2016), referentes a 2012, mostram que 54% dos trabalhadores da cidade Naviraí e Região estão lotados em empresas do setor de serviços; 22,01%, no setor de agronegócios, e 24% na indústria. Por outro lado, aproximadamente 6200 pessoas ocupam cargos públicos na cidade e região de Naviraí.

Segundo dados do IBGE (2016), o Produto Interno Bruto da Região no ano de 2012 foi de R\$ 937.230.000, sendo que Naviraí responde por grande parte desse valor.

Outro dado relevante em relação à região é a quantidade de matrículas nas escolas. De acordo com os dados do IBGE (BRASIL, 2016), o senso educacional, com dados de 2012, apontou que as escolas da região disponibilizam 9.028 vagas no ensino médio, 42.735 vagas para o ensino fundamental e 6.894 para a pré-escola. Os números demonstram grande capacidade de crescimento do ensino superior. As características locais e regionais, como baixa renda e dificuldade de mobilidade da maioria da população para grandes centros educacionais mais distantes como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, reforçam o argumento.

4.3 Análise da oferta do curso na região

A educação superior vem sofrendo intensas transformações que desafiam os profissionais e instituições da área. Verifica-se, na sociedade contemporânea e nas condições do exercício profissional, a necessidade de um profissional participativo e com qualificação dinâmica e constante para atender às necessidades do mercado de trabalho.

O curso de Pedagogia é necessário para atender uma demanda por formação de professores para atuar na Educação Básica, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde se concentra o maior número de população escolar a ser atendida na educação brasileira. Além disso, os dispositivos de avaliação do ensino básico têm detectado a queda de qualidade do ensino e especialmente na construção do conhecimento da linguagem e da matemática.

A educação do licenciado em Pedagogia deve, pois, propiciar, por meio de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a

Coordenadoria dos Órgãos Colegiados



aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural. O propósito dos estudos destes campos é nortear a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino. (CNE/CP Nº 5/2005).

Partindo dessa premissa, acredita-se que as mudanças só se concretizarão, nos diversos setores do sistema educacional, se tiverem sua gênese no interior de cada instituição em particular.

Assim, impulsionadas pela nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394, de 20.12.1996) e pressionadas pelo Sistema Nacional de Avaliação de Cursos, previsto pela LDB no Art. 9º, mais precisamente nos incisos VI, VIII e IX, e instituído pelo Ministério de Educação (MEC), as diversas instituições de ensino do país puderam refletir sobre a qualidade do ensino por elas oferecido e constatado nos resultados oficiais. A partir dessa reflexão, passaram a repensar esse ensino, redimensionando metas e objetivos diante das novas exigências nacionais, instituindo, desse modo, um novo modo de pensar a formação dos graduandos.

Nesse contexto, a referida Lei “exige” dos professores de Ensino Fundamental (Anos Iniciais) e Educação Infantil a formação em curso superior, o que aumentou substantivamente a demanda por professores licenciados na educação de crianças pequenas e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em substituição aos antigos “normalistas”, que possuíam apenas o ensino médio profissionalizante e/ou magistério do 2º grau. Tal situação gerou, mesmo entre os professores em exercício (os antigos “normalistas”), a necessidade premente de buscar essas habilitações nos cursos de Pedagogia.

5. Concepção do Curso

A concepção teórica que fundamenta a organização curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia aproxima-se de duas tendências pedagógicas que, respeitando-se as suas diferenças e seus objetivos, podem juntas oferecer uma educação mais elaborada, sistematizada e com melhor possibilidade de êxito em alcançar os objetivos propostos pela legislação em relação aos *locus* de formação de profissionais da educação.



As duas tendências pedagógicas são a sócio-interacionista e a histórico-crítica. Se, por um lado, importa que sejam dados conhecimentos, técnicas e métodos ao futuro professor, para que este possa ser o incentivador da emancipação de seus alunos e desenvolva percepção crítica em relação a conteúdos e à sociedade, por outro, a operacionalização do projeto segue uma pedagogia da escola nova revisitada, voltada não somente para o acadêmico ativo, mas principalmente para a epistemologia da prática, à vida escolar, ao processo de “aprender a aprender”.

A atual pedagogia da escola nova propõe, ao valorizar mais a aprendizagem do acadêmico do que o ensino, reformulações nos espaços pedagógicos, de modo que as atividades práticas realizadas na escola possam ser desenvolvidas em ambientes adequados. Desse modo, contemplam a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional.

Neste caso, reafirmamos que as diretrizes curriculares nacionais, as tendências pedagógicas sócio-interacionista e histórico-crítica influenciam na parte operacional do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. Este contempla o trabalho do professor na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental e também a atuação do Pedagogo em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; nos processos didático-pedagógicos, no domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas.

As disciplinas que elencam a montagem da Estrutura Curricular do Curso de Pedagogia – Licenciatura/CPNV obedecem aos núcleos de estudos básicos, de aprofundamento e diversificação de estudos, núcleo de estudos integradores e de aprofundamento e disciplinas complementares optativas, que devem servir de suporte à constituição de competências junto ao alunado.

As dimensões delineadoras dos conteúdos disciplinares, que em outras palavras recebem o nome de competências, são: a aprendizagem do acadêmico; o acolhimento e o trato da diversidade; o exercício de atividades de enriquecimento cultural; o aprimoramento de práticas investigativas; a elaboração e execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares; o uso de tecnologias da informação e da comunicação nas metodologias, as estratégias e materiais de apoio inovadores. O critério central para a seleção de conteúdos é a busca da constituição do perfil do futuro egresso do curso, que se torna realidade por meio da aquisição de competências. Da



identificação dessas competências é que abstraímos as áreas de conhecimento indispensáveis para a formação do pedagogo.

5.1 Dimensões Formativas:

5.1.1 Técnica

A dimensão técnica está diretamente associada às competências profissionais que os discentes desenvolverão durante a realização do curso nas mais diversas atividades de natureza disciplinar e não disciplinar. A dimensão técnica valoriza os conhecimentos promotores da formação docente e visa desenvolver nos discentes os seguintes campos de domínio:

- Formar um profissional habilitado a atuar no ensino, na produção e difusão do conhecimento;
- Formar um profissional que tenha a docência como base de sua formação e identidade profissional;
- Formar um profissional capaz de atuar com educando com necessidades educacionais especiais, em diferentes níveis de organização escolar, de modo a assegurar seus direitos e atendimento de suas especificidades;
- Formar um profissional capaz de atuar como educador em instituições educacionais não escolares;
- Formar um profissional capaz de atuar na organização e gestão de sistemas e contextos educativos;
- Formar um profissional capaz de desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas.

5.1.2 Política

Esta dimensão refere-se às relações que se estabelecem durante o processo de formação dos acadêmicos. Tais relações deverão propiciar uma postura reflexiva, que levará o acadêmico a repensar suas posturas, tanto no curso, quanto na vida em sociedade.



Tais questões serão tratadas de forma interdisciplinar, sem, contudo perder de vista a especificidade de cada área do conhecimento. Entretanto, visando sistematizar temas que levem a estabelecer um processo de reflexão permanente no curso, elencamos os temas a seguir:

- a) Teorias políticas e Filosofia, dando ênfase à pedagogia;
- b) História da formação docente no Brasil e sua relação com o desenvolvimento cultural, econômico e social;
- c) Ideologia e alienação.

No contexto das reflexões proporcionadas a partir da Dimensão Política está a Dimensão Ética. Assim, o Curso de Pedagogia está pautado pela ética e pela busca do compromisso político, devendo instrumentalizar o acadêmico para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos no seu futuro exercício profissional e na vida em sociedade, efetivando seu compromissos político pela mediação da competência técnica em sua práxis pedagógica.

5.1.3 Desenvolvimento Pessoal

Esta dimensão tem como objetivo propiciar, no curso, uma formação ampla, que leve o acadêmico a refletir sobre sua própria pessoa e identidade para muito além de sua formação profissional, principalmente em situações que envolvem sua vida pessoal e as relações intersubjetivas.

Buscando contribuir e dinamizar esse processo reflexivo, o Curso viabilizará ações, tais como:

- a) Eventos envolvendo temáticas que repensem a conjuntura social brasileira, nos aspectos políticos, sociais, culturais, identitários, artes, etc.;
- b) Atividades de Extensão que envolvam o desenvolvimento de ações ligadas às habilidades e centros de interesse dos estudantes.

5.1.4 Cultural

Esta dimensão está diretamente ligada à anterior. Ao se propiciar temas que desenvolvam integralmente acadêmico, busca-se, também, contribuir para seu desenvolvimento cultural. Eis algumas atividades culturais que serão desenvolvidas ou estimuladas pelo Curso de Pedagogia – Licenciatura, em caráter Institucional, nessa dimensão:



- Sarau;
- café Filosófico;
- shows e/ou apresentações musicais;
- teatros;
- exposições;
- parcerias com outros órgãos culturais.

5.1.5 Ética

O Curso de Pedagogia – Licenciatura tem a compreensão de que as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem buscar aliar a formação de profissionais com competência técnica, ao mesmo tempo em que é necessário desenvolver a sensibilidade e uma forte formação ética de seres humanos solidários. Tal perspectiva implica na formação de profissionais capazes de realizar as atividades do processo ensino e aprendizagem e contribuir para uma formação de cidadãos críticos, para exercer a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Profissional, bem como as funções do trabalho de Pedagogo em instituições escolares e não escolares.

Por outro lado, uma forte preocupação do curso será de formação de cidadãos que tenham clara compreensão de que o conhecimento só é válido se for um bem comum, compartilhado socialmente. Tal perspectiva implica na formação do pedagogo e na formação participativa do cidadão. Essa filosofia será estimulada a partir da reflexão crítica sobre conteúdos e métodos do conhecimento sobre a formação docente e, principalmente, sobre o processo ensino e aprendizagem, compreendidas aqui como respeito à vida e à sociedade. Assim, para o Curso de Pedagogia – Licenciatura, o fazer como competência técnica não é, senão, um aspecto da dimensão ética, política, social, do desenvolvimento pessoal e cultural dos discentes, que vai permitir uma vida autônoma, emancipada e crítica nas suas relações em todos os setores da vida em sociedade.

5.1.6 Social

Considerando a especificidade da formação do licenciado em Pedagogia, o desenvolvimento de competências e habilidades sociais é condição *sine qua non* para seu desempenho profissional. Dentre as competências que o curso pretende desenvolver nesta dimensão estão àquelas ligadas as suas relações pessoais, interpessoais, convivência em grupos, autodomínio, autoconhecimento,

Coordenadoria dos Órgãos Colegiados



iniciativa, determinação, autoestima, habilidade para gerenciar conflitos, visão organizacional, respeito às diferenças e à pluralidade que caracterizam a sociedade, em seus múltiplos aspectos e identidades.

5.2 Estratégias para o desenvolvimento de ações interdisciplinares

As ações interdisciplinares se referem ao processo de articulação entre as disciplinas que relacionam seus conteúdos para aprofundar um conhecimento e levar dinâmica ao ensino, de modo a torná-lo mais significativo e globalizante. Para que ocorra um processo de integração recíproca entre várias disciplinas e campos de conhecimento, faz-se necessário a implantação de planejamento interdisciplinar na área pedagógica (FAZENDA, 1996).

A prática interdisciplinar entre os docentes do curso de Pedagogia visa à formulação de um saber crítico-reflexivo que deve ser valorizado cada vez mais no processo de ensino-aprendizagem. Apresenta-se como uma perspectiva que surge para superar a fragmentação entre as disciplinas, proporcionando diálogo entre as mesmas, relacionando-as entre si para a compreensão da realidade, haja vista as demandas de temas de estudo inter-relacionados que naturalmente são trazidos no percurso da formação por professores e alunos.

Assim, inicialmente, caberá ao corpo docente buscar uma nova postura diante do conhecimento, bem como formas de planejamento conjunto tendo em vista a prática da interdisciplinaridade para garantir a construção de um conhecimento globalizante, devendo também fazer uso de metodologias didáticas adequadas para tal perspectiva. É mediante o ensino interdisciplinar, dentro do aspecto histórico-crítico, que os professores possibilitarão aos seus alunos uma aprendizagem significativa na compreensão da realidade em sua complexidade.

5.3 Estratégias para integração das diferentes componentes curriculares

O corpo docente do curso de Pedagogia, tendo em vista os objetivos formativos e o perfil esperado dos egressos do curso, estabelecerá em conjunto um plano de ações que promova gradativamente formas de integração dos componentes curriculares nos vários semestres do curso, especialmente durante os períodos que antecedem os estágios obrigatórios previstos.

Esta integração deverá ocorrer por meio de planejamento sistemático envolvendo diferentes disciplinas de modo a superar a fragmentação do currículo ao proporcionar também a articulação



teórico-metodológica entre conhecimentos específicos, conhecimentos pedagógicos e conhecimentos integradores das áreas relacionadas.

A adoção de tal prática, compartilhada entre o corpo docente, visa aprimorar o processo de ensino e de aprendizagem de modo significativo, devido à potencialidade de elaboração de metodologias inovadoras, que, por sua vez, também representam as bases para a busca e exercício de práticas interdisciplinares.

5.4 Perfil desejado do egresso

As instituições formadoras não definem o campo de trabalho do egresso, uma vez que são os condicionantes sociais, culturais, políticos, econômicos, dentre outros, que determinam o desenvolvimento de qualquer campo profissional. Na realidade educacional de Naviraí, tem-se evidenciado que a grande maioria dos egressos dos cursos de Pedagogia, quando atuam no campo educacional, o fazem no âmbito da organização escolar como docentes, gestores e coordenadores, seja em instituições escolares ou em sistemas educativos e, quando fora destes, têm buscado espaço em instituições ou organizações que demandam profissionais com sólida formação teórica e diversidade de conhecimentos articulados à práxis pedagógica.

Portanto, tendo a docência como base de sua formação e identidade profissional, o egresso do Curso de Pedagogia - Licenciatura/CPNV será um profissional habilitado a atuar no ensino, no planejamento, organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em espaços escolares e não escolares, cuja formação deverá contemplar consistente formação teórica e diversidade de conhecimentos e práticas articuladas ao longo do curso.

5.5. Objetivos

Objetivo geral: Formar profissionais com capacidade crítica e sólida formação cultural, capazes de realizar as atividades do processo ensino-aprendizagem e contribuir para uma formação de cidadãos críticos, ao exercerem a docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Profissional, bem como as funções do trabalho de Pedagogo em instituições escolares e não escolares.

Os objetivos específicos são os seguintes:

Coordenadoria dos Órgãos Colegiados



- Formar um profissional habilitado a atuar no ensino, na produção e difusão do conhecimento;
- Formar um profissional que tenha a docência como base de sua formação e identidade profissional;
- Formar um profissional capaz de atuar com educando com necessidades educacionais especiais e com o espectro da diversidade humana, em diferentes níveis de organização escolar, de modo a assegurar seus direitos;
- Formar um profissional capaz de atuar como educador em instituições sociais não escolares;
- Formar um profissional capaz de atuar na organização e gestão de sistemas e contextos educativos;
- Formar um profissional capaz de desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas.

5.6 Metodologias de ensino

Espera-se que as metodologias de ensino propostas e desenvolvidas pelos docentes responsáveis pelas diferentes disciplinas previstas no PPC (re)apresentem:

- a) Diversificação e consistente base teórica;
- b) Articulação entre os conhecimentos específicos da área, conhecimentos pedagógicos que se referem ao ensino e conhecimentos integradores;
- c) Experiências e exercício de práticas integradoras, interdisciplinares, inovadoras e que resultem num conjunto de aprendizagens significativas para os formandos;

5.7 Avaliação

A avaliação do PPC do curso de Pedagogia ocorrerá periódica e sistematicamente pelo NDE em diálogo com o todo o corpo docente, incluindo a participação de alunos formandos e egressos nas discussões e possibilidades de tratamento de possíveis impasses. Tal prática se realizará mediante acompanhamento e análise no que se refere ao processo de articulação e coerência entre a
Coordenadoria dos Órgãos Colegiados



grade curricular, as ações de integração, os objetivos formativos, o perfil dos egressos e as demandas do cotidiano escolar e das realidades institucionais. Nesses termos, a avaliação se apresenta como um processo de monitoramento da qualidade formativa e efetiva do curso.

6. Administração acadêmica do curso

6.1 Atribuições do Colegiado de Curso

De acordo com o Art. 47, do Estatuto da UFMS, aprovado pela Resolução COUN nº 35, de 13 de maio de 2011, e pelo Regimento Geral da UFMS (Art. 16, Seção I do Capítulo V), a Coordenação de Curso do Curso de Graduação será exercida em dois níveis:

- a) Em nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso;
- b) Em nível executivo, pelo Coordenador de Curso.

De acordo com o Art. 14, do Regimento Geral da UFMS, aprovado pela Resolução COUN nº 78, de 22 de setembro de 2011, o Colegiado de Curso, definido como unidade didático-científica, é responsável pela supervisão das atividades do curso e pela orientação aos acadêmicos.

Ainda de acordo com o Regimento da UFMS, compõem o Colegiado de Curso de Graduação: I - no mínimo quatro e no máximo seis representantes docentes integrantes da Carreira do Magistério Superior, eleitos pelos professores do quadro que ministram ou ministraram disciplinas ao curso nos quatro últimos semestres letivos, com mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução; e II - um representante discente, regularmente matriculado no respectivo curso, indicado pelo Diretório Central dos Estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

O artigo 16 do Regimento diz que ao Colegiado de Curso de Graduação compete:

- I - garantir que haja coerência entre as atividades didático-pedagógicas e as acadêmicas do curso com os objetivos e o perfil do profissional definidos no Projeto Pedagógico do Curso;
- II - deliberar sobre normas, visando à compatibilização dos programas, das cargas horárias e dos planos de ensino das disciplinas componentes da estrutura curricular com o perfil do profissional objetivado pelo curso;
- III - deliberar sobre as solicitações de aproveitamento de estudos;
- IV - deliberar sobre o plano de estudos elaborado pelo Coordenador de Curso;
- V - deliberar, em primeira instância, sobre o Projeto Pedagógico do Curso;

Coordenadoria dos Órgãos Colegiados



VI - manifestar sobre as propostas de reformulação, de desativação, de extinção ou de suspensão temporária de oferecimento de curso ou de habilitação; e

VII - deliberar, em primeira instância, sobre projetos de ensino.

As tarefas do Coordenador de Curso de Graduação estão descritas no artigo 19 que diz que a ele compete:

I - elaborar os estudos necessários à compatibilização dos programas, das cargas horárias e dos planos de ensino das disciplinas componentes da estrutura curricular, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso;

II - encaminhar às Unidades da Administração Setorial as demandas de oferecimento de disciplinas;

III - acompanhar a execução do Projeto Pedagógico do Curso;

IV - orientar e acompanhar a vida acadêmica;

V - acompanhar o desempenho dos acadêmicos do curso, encaminhando relatório ao Colegiado;

VI - assessorar as Unidades da Administração Central e da Administração Setorial em assuntos de administração acadêmica; VII - coordenar a matrícula dos alunos de seu curso;

VIII - assessorar as Unidades da Administração Setorial que oferecem disciplinas ao curso, bem como os respectivos professores, na execução do projeto pedagógico do curso e demais normas emitidas pelo Colegiado de Curso; e

IX - zelar pelas informações mantidas no Sistema de Controle Acadêmico.

6.2. Atribuições do Núcleo Docente Estruturante

Regulamentado pela Resolução do Conselho de Ensino de Graduação de nº 167/2010. (Anexo 1)

6.3. Perfil da Coordenação do Curso;

Espera-se que a coordenação, exercida por docente efetivo do curso, tenha o conjunto de competências e habilidades profissionais necessárias, apresentando especialmente ética, liderança democrática e transparência, envidando esforços, apoiando e contribuindo com o trabalho coletivo



de professores e alunos para o alcance da qualidade e objetivos propostos para o curso, bem como o seu aperfeiçoamento ao longo do percurso.

6.4. Organização acadêmico-administrativa

A organização acadêmico-administrativa do Curso de Pedagogia - Licenciatura/CPNV pode ser vista por dois aspectos: a organização do controle acadêmico e a composição do pessoal técnico-administrativo. Quanto à organização acadêmico-administrativa do ensino de graduação, no âmbito da UFMS, a Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PREG) é responsável pela orientação, coordenação e avaliação das atividades didático-pedagógicas, de controle escolar, de concurso para professor efetivo, de controle da contratação de concursos públicos para ingresso na carreira do magistério público, da carga horária docente e do plano de oferta de disciplinas dos cursos de graduação;

No âmbito dos cursos de graduação existem as figuras do colegiado de curso e do coordenador de curso, que possuem as funções acadêmico-administrativas daquelas. Por outro lado, no âmbito das Unidades Setoriais os cursos de graduação da UFMS contam com o apoio das Secretarias Acadêmicas, que realizam o controle acadêmico, emissão de históricos, documentos acadêmicos e outros assuntos pertinentes. No que compete às urgências operacionais, o Curso de Pedagogia - Licenciatura/ CPNV conta com o apoio técnico-administrativo local dado:

- Secretaria Acadêmica (SECAC/CPNV);
- Secretaria de Apoio Pedagógico – (SAP/CPNV)
- Secretaria Administrativa (SECAD/CPNV);
- Direção do Câmpus (CPNV);
- Conselho de Câmpus (CC/CPNV).

Naquilo que for institucional e estratégico para o curso, todas as demais instâncias da Universidade são acionadas.

O controle acadêmico, em nível da UFMS, é realizado pela Divisão de Controle Escolar (DICE/CAA/PREG) e, em nível setorial, pelas Secretarias Acadêmicas. No caso do Curso de Pedagogia – Licenciatura é realizada pela Secretaria Acadêmica.

A Coordenação de Curso tem acesso a qualquer tempo aos dados das disciplinas, permitindo um amplo acompanhamento do desenvolvimento e rendimento dos acadêmicos do curso.



6.5 Atenção aos discentes

Compete à Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PREAE) prestar os serviços de integração que proporcionem o bem-estar dos acadêmicos na vida universitária e na comunidade; de informação e coordenação das atividades assistenciais, psicológicas e sociais. Suas ações são estendidas às Unidades Setoriais. Entre as suas atividades destacam-se:

- Manual do Acadêmico: divulgação e distribuição para os acadêmicos e em diversas escolas e colégios no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul;

- Auxílio Emergencial: O Auxílio Emergencial tem por objetivo auxiliar financeiramente o acadêmico regularmente matriculado em disciplinas de cursos de graduação presencial, que estejam com dificuldades socioeconômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas, que coloquem em risco a sua permanência na Universidade. Essa ação destina-se, prioritariamente, aos acadêmicos do primeiro semestre dos cursos de graduação presenciais da UFMS, moradores de cidade diferente da localização do Câmpus correspondente ao seu curso, em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

- Auxílio Alimentação: É um auxílio financeiro destinado a acadêmicos matriculados em um dos cursos de graduação presencial nos Câmpus da UFMS onde não exista Restaurante Universitário. Tem como objetivos: viabilizar recursos para que os acadêmicos possam realizar suas refeições; contribuir para que os acadêmicos adquiram hábitos alimentares saudáveis; e, contribuir para a permanência e o bom desempenho dos acadêmicos na Universidade.

- Bolsa Permanência: É um repasse financeiro ao acadêmico em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de forma a contribuir com as suas despesas básicas durante o período de graduação na Universidade. Tem por objetivo auxiliar financeiramente o acadêmico em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de forma a garantir a sua permanência na Universidade e contribuir para sua formação integral, buscando reduzir os índices de retenção e evasão decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica.

- Incentivo à Participação em Eventos – IPEV: É um auxílio financeiro aos acadêmicos em vulnerabilidade socioeconômica, para contribuir com suas despesas na participação em conferências, congressos, cursos e outros eventos similares de cunho técnico, científico, cultural ou



equivalente, dentro do país. O valor do auxílio é equivalente ao valor das passagens terrestres de ida e volta ao local do evento.

- Atendimento Psicoeducacional: É um atendimento oferecido por pedagogos e psicólogos à acadêmicos com dificuldades emocionais, transtorno global do desenvolvimento e ou deficientes físicos, intelectuais, auditivos, visuais que estejam com dificuldades no processo de aprendizagem. Tem como objetivo apoiar o acadêmico auxiliando a desenvolver as potencialidades minimizando possíveis fracassos escolares.

- Estágio: visa oferecer ao acadêmico a oportunidade de estágio que possa auxiliá-lo na manutenção de sua vida particular e do seu curso; além de convênio com empresas, a UFMS encaminha o acadêmico ao IEL, CIEE e outros agentes de integração;

- Assistência Médica, Odontológica: orientação e encaminhamento formal do acadêmico ao Núcleo de Hospital Universitário (NHU/RTR), conforme vagas asseguradas aos acadêmicos;

A formação do licenciado em Pedagogia ocorre tanto no âmbito das disciplinas, ou seja, durante as aulas, quanto em outras situações como, por exemplo, na participação em eventos internos e externos (regional e nacional), como seminários e palestras. Atividades estas que são computadas como carga horária para a disciplina Atividades Complementares, componente curricular deste Projeto Pedagógico. Essas atividades seguem um regulamento proposto pelo Colegiado de Curso e aprovado pelo Conselho de Câmpus/CPNV. Os eventos serão divulgados por folders, cartazes, mídia e no portal eletrônico do CPNV (www.ufms.br) e os trabalhos produzidos nas Semanas de Pedagogia/Jornadas Educacionais e em outros eventos são divulgados.

O apoio pedagógico ao discente pode ocorrer diretamente pelo professor, que disponibiliza parte de seu tempo para esta finalidade específica, como pela coordenação do curso. O atendimento é individual, nos casos específicos, e em grupo, quando envolve um número maior de acadêmicos com o mesmo problema. As orientações prestadas envolvem questões relacionadas ao método de estudo, ao programa curricular, aos recursos bibliográficos e de internet ou outras.

Não há, atualmente, mecanismos explícitos de nivelamento dos acadêmicos, mas a Coordenação de Curso, ao ser informada pelos professores sobre dificuldades dos estudantes em determinados conteúdos, poderá fazer uso de monitores de ensino, com o acompanhamento dos docentes para minimizar os problemas detectados. Quanto ao sistema de acompanhamento dos



egressos, o Curso de Pedagogia – Licenciatura/CPNV, organizará um banco de dados relativo aos ex-acadêmicos.

7. Currículo

7.1. Matriz curricular do curso

Quadro 1: Matriz curricular – Pedagogia/CPNV

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH*	NATUREZA**
1 NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS		
Didática I	68	CCD
Didática II	68	CCD
Estudo de Libras	68	CCD
Educação Especial	68	CCD
Filosofia da Educação I	68	CCD
Filosofia da Educação II	68	CCD
História da Educação	68	CCD
História da Pedagogia	68	CCD
Normalização de Trabalhos Acadêmicos	68	CCD
Organização da Educação Escolar no Brasil	68	CCD
Políticas Educacionais e Organização da Educação Básica	68	CCD
Psicologia da Educação I	68	CCD
Psicologia da Educação II	68	CCD
Sociologia da Educação	68	CCD
2 NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS		
Currículo, Ensino e Cultura	68	CCD
Educação, Inclusão e Diversidade	68	CCD
Educação e Sexualidade	34	CCD
Educação, Saúde e Meio Ambiente	34	CCD
Educação de Jovens e Adultos	68	CCD
Ensino e Dificuldades de Aprendizagem no Contexto Escolar	68	CCD
Estágio Obrigatório em Educação Infantil I	102	CCD
Estágio Obrigatório em Educação Infantil II	85	CCD
Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I	102	CCD
Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II	85	CCD
Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil	68	CCD
Fundamentos e Metodologias da Alfabetização, Língua e Letramento	68	CCD



Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa	68	CCD
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências	68	CCD
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia	68	CCD
Fundamentos e Metodologias do Ensino de História	68	CCD
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática I	68	CCD
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática II	68	CCD
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Arte e do Movimento	68	CCD
Gestão Educacional	68	CCD
Infância e Sociedade	68	CCD
Ludicidade e Educação	68	CCD
Tecnologias e Educação	68	CCD
Tópicos Educacionais em Educação e Igualdade Étnico-Racial	51	CCD
3 NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES		
Atividades Complementares	200	CND
Pesquisa em Educação I	68	CCD
Pesquisa em Educação II	68	CCD
Trabalho de Conclusão de Curso I	34	CND
Trabalho de Conclusão de Curso II	34	CND
4.1 NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO		
Para o acadêmico integralizar a carga horária do Núcleo de Aprofundamento, do Curso de Pedagogia – Licenciatura/CPNV, deverá cursar, no mínimo, 136 horas-aula de disciplinas de um dos dois conjuntos apresentados:		
4.1.1 NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO EM GESTÃO ESCOLAR		
Estágio Obrigatório em Gestão Escolar	68	CCD
Gestão Escolar	68	CCD
4.1.2 NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO EM TRABALHO E EDUCAÇÃO		
Estágio Obrigatório em Trabalho e Educação	68	CCD
Trabalho e Educação em Contextos Não-Escolares	68	CCD
4.2 COMPLEMENTARES OPTATIVAS		
Para o acadêmico integralizar o Curso de Pedagogia – Licenciatura/CPNV deverá cursar, no mínimo, 136 horas-aula de disciplinas Complementares optativas do rol elencado ou em qualquer Unidade da Administração Setorial. (Art.30 da resolução Coeg 269/2014)		
Arte e Educação	68	CCD
Avaliação Educacional	68	CCD
Cidadania e Educação	68	CCD
Cultura Brasileira	68	CCD
Currículo e Gestão Escolar	68	CCD
Educação à Distância	68	CCD



Educação Ecológica-Ambiental	68	CCD
Educação Indígena	68	CCD
Educação Popular	68	CCD
Educação Rural	68	CCD
Ética e Educação	68	CCD
Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil II	68	CCD
Infância e Letramento I	68	CCD
Infância e Letramento II	68	CCD
Infância e Pensamento Matemático	68	CCD
Infância, Múltiplas Linguagens e Mídia	68	CCD
Linguagem e Educação	68	CCD
Orientação Sexual	68	CCD
Organização e Planejamento Educacional	68	CCD
Práticas Integradoras para Formação Docente	68	CCD
Projeto Pedagógico na Educação Básica	68	CCD
Psicomotricidade	68	CCD
Recreação e Jogos	68	CCD
Saúde e Educação	68	CCD
Sujeito, Subjetividade e Psicologia	68	CCD

* CH: carga horária em hora-aula de 60 minutos

**NATUREZA: CCD – Componente Curricular Disciplinar; e
CND – Componente Curricular Não Disciplinar

7.2. Quadro de semestralização

Quadro 2: Semestralização do curso de Pedagogia - ano de implantação: 2015/1

1º SEMESTRE	CH Teórica	CH Prática	CH Prática de Ensino	CH Total	PRÉ-REQUISITO
Filosofia da Educação I	68	-	-	68	-
História da Educação	68	-	-	68	-
Normalização de Trabalhos Acadêmicos	51	17	-	68	-
Organização da Educação Escolar no Brasil	68	-	-	68	-
Psicologia da Educação I	68	-	-	68	-
SUBTOTAL				340	
2º SEMESTRE					
Didática I	51	-	17	68	-

Coordenadoria dos Órgãos Colegiados



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Filosofia da Educação II	68	-	-	68	Filosofia da Educação I
História da Pedagogia	68	-	-	68	-
Psicologia da Educação II	68	-	-	68	Psicologia da Educação I
Sociologia da Educação	68	-	-	68	-
SUBTOTAL				340	
3º SEMESTRE					
Didática II	51	-	17	68	-
Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil	51	-	17	68	-
Infância e Sociedade	51	-	17	68	-
Ludicidade e Educação	51	-	17	68	-
Políticas Educacionais e Organização da Educação Básica	51	-	17	68	-
SUBTOTAL				340	
4º SEMESTRE					
Currículo, Ensino e Cultura	51	-	17	68	-
Estágio Obrigatório em Educação Infantil I	-	102	-	102	Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil
Educação, Inclusão e Diversidade	68	-	-	68	-
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática I	-	-	68	68	-
Tecnologias e Educação	51	-	17	68	-
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências	-	-	68	68	-
SUBTOTAL				442	
5º SEMESTRE					
Tópicos Educacionais em Educação e Igualdade Étnico-Racial	51	-	-	51	-
Estágio Obrigatório em Educação Infantil II	-	85	-	85	Estágio Obrigatório em Educação Infantil I
Fundamentos e Metodologias da Alfabetização, Língua e Letramento	51	-	17	68	-
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia	-	-	68	68	-
Pesquisa em Educação I	51	-	17	68	-
SUBTOTAL				340	
6º SEMESTRE					

Coordenadoria dos Órgãos Colegiados



Educação Especial	51	-	17	68	-
Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I	-	102	-	102	
Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa	-	-	68	68	Fundamentos e Metodologias da Alfabetização, Língua e Letramento
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática II	-	-	68	68	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática I
Pesquisa em Educação II	51	-	17	68	Pesquisa em Educação I
SUBTOTAL				374	
7º SEMESTRE					
Educação de Jovens e Adultos	51	-	17	68	-
Fundamentos e Metodologias do Ensino de História	-	-	68	68	-
Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II	-	85	-	85	Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I
Gestão Educacional	51	-	17	68	-
Trabalho de Conclusão de Curso I	34	-	-	34	Pesquisa em Educação II
SUBTOTAL				323	
8º SEMESTRE					
Educação e Sexualidade	34	-	-	34	-
Educação, Saúde e Meio Ambiente	34	-	-	34	-
Fundamentos e Metodologias do Ensino de Arte e do Movimento	51	-	17	68	-
Ensino e Dificuldades de Aprendizagem no Contexto Escolar	51	-	17	68	-
Estudo de Libras	51	-	17	68	-
Trabalho de Conclusão de Curso II	34	-	-	34	Trabalho de Conclusão de Curso I
SUBTOTAL				306	
COMPLEMENTARES OPTATIVAS				200	
NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS				136	



ATIVIDADES COMPLEMENTARES				200	
TOTAL GERAL				3277*	

Legenda: (CH) Carga horária das disciplinas em hora-aula de sessenta minutos.

7.3 Tabela de Equivalência das Disciplinas

Tabela 1: Equivalência entre disciplinas

EM VIGOR ATÉ 2014	CH*	EM VIGOR A PARTIR DE 2015/1	CH**
Atividades Complementares	238	Atividades Complementares	200
Currículo, Ensino e Cultura	68	Currículo, Ensino e Cultura	68
Currículo e Gestão Escolar	51	Sem equivalência	
Educação Brasileira	85	Organização da Educação Escolar no Brasil	68
Educação de Jovens e Adultos	68	Educação de Jovens e Adultos	68
Educação Especial	68	Educação Especial	68
Estágio Obrigatório em Educação Infantil I	102	Estágio Obrigatório em Educação Infantil I	102
Estágio Obrigatório em Educação Infantil II	85	Estágio Obrigatório em Educação Infantil II	85
Estágio Obrigatório em Ensino Fundamental I	102	Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I	102
Estágio Obrigatório em Ensino Fundamental II	85	Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II	85
Estágio Obrigatório em Gestão Escolar	102	Estágio Obrigatório em Gestão Escolar	68
Estágio Obrigatório em Trabalho e Educação	102	Estágio Obrigatório em Trabalho e Educação	68
Estudo de LIBRAS	68	Estudo de Libras	68
Filosofia da Educação	85	Filosofia da Educação I	68
Filosofia, Política e Educação	85	Filosofia da Educação II	68
Fundamentos de Didática	85	Didática II	68
Fundamentos e Metodologia do Ensino da Alfabetização, Língua e Letramento para Educação da Infância	85	Fundamentos e Metodologias da Alfabetização, Língua e Letramento	68
Fundamentos e Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	85	Fundamentos e Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa	68



Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências para Educação da Infância	85	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Ciências	68
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Geografia para Educação da Infância	85	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Geografia	68
Fundamentos e Metodologia do Ensino de História para Educação da Infância	85	Fundamentos e Metodologias do Ensino de História	68
Fundamentos e Metodologia do Ensino de Matemática para Educação da Infância	85	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática I	68
		Fundamentos e Metodologias do Ensino de Matemática II	68
Fundamentos Sociológicos da Educação	85	Sociologia da Educação	68
Gestão Educacional	68	Gestão Educacional	68
Grupos de Estudos e Seminários Interdisciplinares I	85	Sem Equivalência	-
Grupos de Estudos e Seminários Interdisciplinares II	85	Sem Equivalência	-
Grupos de Estudos e Seminários Interdisciplinares III	68	Sem Equivalência	-
Grupos de Estudos e Seminários Interdisciplinares IV	68	Sem Equivalência	-
História da Educação	85	História da Educação	68
História da Pedagogia	68	História da Pedagogia	68
Infância e Sociedade	68	Infância e Sociedade	68
Organização e Planejamento Educacional	68	Sem Equivalência	-
Pesquisa e Prática Pedagógica I	85	Didática I	68
Pesquisa e Prática Pedagógica II	68	Sem Equivalência	-
Pesquisa e Prática Pedagógica III	68	Pesquisa em Educação I	68
Pesquisa e Prática Pedagógica IV	68	Pesquisa em Educação II	68
Pesquisa e Prática Pedagógica V	68	Sem Equivalência	-
Pesquisa e Prática Pedagógica VI	68	Sem Equivalência	-
Políticas Educacionais e Organização da Educação Básica	85	Políticas Educacionais e Organização da Educação Básica	68
Prática de Gestão Escolar	68	Gestão Escolar	68
Prática de Trabalho e Educação	68	Trabalho e Educação em Contextos Não-Escolares	68
Psicologia da Educação	85	Psicologia da Educação I	68
Psicologia, Infância e Educação	85	Psicologia da Educação II	68
Psicologia Organizacional	51	Sem Equivalência	
Trabalho Acadêmico	85	Normalização de Trabalhos Acadêmicos	68

Coordenadoria dos Órgãos Colegiados



Trabalho de Conclusão de Curso I	51	Trabalho de Conclusão de Curso I	34
Trabalho de Conclusão de Curso II	68	Trabalho de Conclusão de Curso II	34
Tópicos Educacionais em Educação e Igualdade Étnico-Racial	68	Tópicos Educacionais em Educação e Igualdade Étnico-Racial	51
Tópicos Especiais em Gestão Escolar	51	Sem Equivalência	
Tópicos Especiais em Trabalho e Educação	51	Sem Equivalência	
Sem Equivalência	-	Educação e Sexualidade	34
Sem Equivalência	-	Educação, Saúde e Meio Ambiente	34
Sem Equivalência	-	Educação, Inclusão e Diversidade	68
Sem Equivalência	-	Ensino e Dificuldades no Contexto Escolar	68
Sem Equivalência	-	Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil	68
Sem Equivalência	-	Fundamentos e Metodologias do Ensino de Arte e do Movimento	68
Sem Equivalência	-	Ludicidade e Educação	68
Sem Equivalência	-	Tecnologias e Educação	68

Tabela de equivalência

Legenda: CH: Carga horária

*CH em hora-aula de 50 minutos

**CH em hora-aula de 60 minutos

7.4 Lotação das disciplinas nas Unidades da Administração Setorial

Todas as disciplinas do curso de Pedagogia - Licenciatura serão lotadas no Câmpus de Naviraí.

7.5 Ementário

Quadro 3: Ementário do curso de Pedagogia (CPNV)

Disciplina	Ementa
ARTE E EDUCAÇÃO	Linguagem e arte-educação. Arte-educação: pressupostos e linguagens, corporal, visual, sonora e cênica. Linguagem no contexto do desenvolvimento geral da criança. A construção e desenvolvimento da leitura escrita, através da criatividade. Processo de criação e expressão através da integração das linguagens – artes

Coordenadoria dos Órgãos Colegiados



	plásticas, música, teatro e dança.
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Serão compostas de atividades desenvolvidas pelos acadêmicos que envolvem disciplinas cursadas como enriquecimento curricular, disciplinas complementares optativas, estágio extracurricular, estágio voluntário, iniciação científica, monitoria de ensino: remunerada ou voluntária, monitoria de Extensão: remunerada ou voluntária, produção de material pedagógico, publicação de artigos/resenhas/resumos da área educacional, apresentação de trabalhos, artigos científicos em encontros e congressos referentes à educação e/ou áreas afins, participação em seminários, congressos, encontros, fóruns e/ou semanas, grupos de estudos, colaboração em projetos de ensino e/ou extensão.
AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	Pressupostos epistemológicos da avaliação educacional. Níveis e instâncias da avaliação educacional. Avaliação escolar. Relação concepções x modelos e seus reflexos no contexto da avaliação escolar.
CIDADANIA E EDUCAÇÃO	Relação entre educação e as ações dos homens na sociedade. O processo de conquista de direitos e deveres nas relações políticas intersubjetivas na construção social.
CULTURA BRASILEIRA	Cultura como manifestação do homem. Cultura de desenraizamento. O público e o privado na cultura brasileira. Cultura brasileira como espaço de manifestação do erudito e do popular. Cultura e violência.
CURRÍCULO E GESTÃO ESCOLAR	O currículo e a organização escolar. As relações de poder e a organização curricular. Coordenação do processo de planejamento curricular. Avaliação e currículo no cotidiano escolar.
CURRÍCULO, ENSINO E CULTURA	Conceito e teorias sobre currículo. O currículo através de sua práxis, a política curricular e o currículo prescrito:



	parâmetros curriculares. As condições institucionais da aprendizagem motivada pelo currículo – interdisciplinaridade. Currículo e a produção do conhecimento escolar. O currículo em ação: Avaliação e currículo. Filosofia, educação e cultura, ideologia e educação. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
DIDÁTICA I	Bases epistemológicas da Didática. Abordagem Histórica da Didática. Pressupostos Teóricos. Relação entre Didática, Educação e Sociedade. As dimensões do processo de ensino e aprendizagem e as tendências pedagógicas. O professor como profissional crítico-reflexivo. O papel do professor no contexto sócio, histórico e didático-pedagógico. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
DIDÁTICA II	Organização do ensino: plano, planejamento e projeto de ensino. As relações pedagógicas: a organização do trabalho docente e a avaliação do processo educativo. Pressupostos metodológicos e prática docente. Os recursos didáticos. O compromisso social e ético do professor. A relação professor e aluno. Sucesso, fracasso e (in)disciplina escolar. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	Conceito, história, fundamentos, modalidades, metodologias, recursos, usos, limites e perspectivas.
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Fundamentos e objetivos da Educação de Jovens e Adultos. Planejamento didático e avaliação.
EDUCAÇÃO ECOLÓGICA-AMBIENTAL	Educação e meio ambiente. Educação para a ecologia.
EDUCAÇÃO ESPECIAL	Educação Especial no Brasil, em Mato Grosso do Sul e no mundo: aspectos históricos, legais, filosóficos, político-pedagógicos e sócio-antropológicos. Segregação, integração e inclusão



	escolar. O público-alvo da Educação Especial, suas especificidades ontogenéticas e o Atendimento Educacional Especializado (AEE): alunos com deficiência (física, sensorial, intelectual e/ou múltipla), altas habilidades/superdotação e transtornos globais do desenvolvimento. A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e demais diretrizes oficiais sobre inclusão escolar. A formação docente, alternativas metodológicas e propostas didático-pedagógicas perante a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E DIVERSIDADE	A diversidade como constituinte da condição humana. Estigma, preconceito, discriminação e diferença no contexto escolar e na sociedade. A política da diversidade cultural e inclusão na sociedade globalizada. A dialética exclusão e inclusão na sociedade contemporânea. Educação inclusiva: implicações para a práxis pedagógica. A formação docente na perspectiva da diversidade humana e da educação para todos.
EDUCAÇÃO INDÍGENA	Práticas tradicionais da cultura nativa; sentimento de pertencimento étnico, identidade indígena e integração social. História da população indígena: hispano-indígena. A política indigenista brasileira. A população indígena de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: Guarani, Kadwéu, Terena, Bororó, Kaiapó, Paiaguá Guató, Ofayé e outros. O papel da educação na população indígena brasileira.
EDUCAÇÃO POPULAR	Fundamentos, noções e conceitos básicos da educação popular. História da educação popular no Brasil. Processos e experiências de educação popular contemporânea.
ENSINO E DIFICULDADES DE	Problemas, distúrbios e dificuldades de



APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR	aprendizagem mais presentes no âmbito escolar e formas de intervenção (psico)pedagógica. Diferenciação entre dificuldades de aprendizagem e de ensino/escolarização. Consequências da “rotulação” sobre os estudantes com dificuldades de aprendizagem. O papel do professor e da escola frente às dificuldades de aprendizagem. As várias dimensões do fracasso e da não aprendizagem escolar. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE	Estudo dos aspectos biopsicossociais e culturais da sexualidade. Desenvolvimento psicosssexual e manifestações da sexualidade no cotidiano escolar. Representações de gênero e influências da escola na produção das diferenças de gênero. Reflexão sobre práticas sexuais e prevenção, relações não discriminatórias e respeito às diversidades sexuais.
EDUCAÇÃO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE	Relação entre saúde e educação. Saúde, qualidade de vida e cidadania. Práticas pedagógicas em saúde. Estrutura e dinâmica do meio ambiente e suas relações com o processo saúde/doença. O Cuidar e o educar em saúde na infância. Desenvolvimento crítico, reflexivo e humano do aluno frente às situações do meio onde vive. Legislação ambiental no contexto da Saúde. Educação Ambiental: princípios éticos e filosóficos na relação sociedade/natureza. Contribuições da Educação Ambiental para a segurança e saúde ambiental e humana. A formação docente em educação ambiental.
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM EDUCAÇÃO INFANTIL I	Desenvolvimento de atividades para o conhecimento, acompanhamento em sala de aula e avaliação. Organização e planejamento de propostas didáticas que se constituem em instrumental básico para a docência na Educação Infantil em regência de conteúdos voltados para crianças com idade entre 0 a 3 anos.



ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM EDUCAÇÃO INFANTIL II	Desenvolvimento de atividades para o conhecimento, acompanhamento em sala de aula e avaliação. Organização e planejamento de propostas didáticas que se constituem em instrumental básico para a docência na Educação Infantil em regência de conteúdos voltados para crianças com idade entre 4 a 5 anos.
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	Planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades no ensino fundamental. Vivência de processos de investigação e problematização da realidade do ensino fundamental, a partir do campo de estágio e dos aportes teóricos. Desenvolvimento de atividades para o conhecimento, acompanhamento em sala de aula, aplicação através da regência de conteúdos voltados para o ensino dos anos iniciais do Ensino Fundamental.
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II	Planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades no ensino fundamental. Vivência de processos de investigação e problematização da realidade do ensino fundamental, a partir do campo de estágio e dos aportes teóricos. Desenvolvimento de atividades para o conhecimento, acompanhamento em sala de aula, aplicação através da regência de conteúdos voltados para o ensino dos anos iniciais do Ensino Fundamental.
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM GESTÃO ESCOLAR	Planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades em gestão escolar.
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM TRABALHO E EDUCAÇÃO	Planejamento, organização e execução de atividades que correlacionam trabalho e educação.
ESTUDO DE LIBRAS	Introdução à Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS). Desenvolvimento cognitivo e linguístico e a aquisição da primeira e segunda língua. Aspectos discursivos e seus impactos na interpretação. Noções básicas de escrita de sinais. Processo de aquisição da



	Língua de Sinais observando as diferenças e similaridades existentes entre esta e a Língua Portuguesa. Atividades práticas de ensino supervisionadas
ÉTICA E EDUCAÇÃO	Normas e valores. Autonomia. Dimensões éticas na educação. Reflexões sobre as condutas humanas. Ensino e a aprendizagem de valores e atitudes. Ética e currículo
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO I	Filosofia: origem e conceito. Noções introdutórias: problema, reflexão, crítica, ideologia, senso comum, teoria e práxis. Filosofia e Filosofia da Educação: elucidações conceituais. Problemas da Filosofia da Educação. História da Filosofia ocidental e suas formas de educação.
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II	Tendências Pedagógicas Liberais (Tradicional, Progressivista, Não-Diretiva e Tecnicista) e Tendências Pedagógicas Progressistas (Libertadora, Libertária, Crítico-Social dos Conteúdos, Sociointeracionista): seus fundamentos político-filosóficos. Pedagogias da essência e pedagogias da existência. Pedagogia histórico-crítica. Educação e valores: abordagem axiológica. Ética, cidadania e política na formação humana: implicações educacionais. Correntes filosóficas contemporâneas e educação.
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE ARTE E DO MOVIMENTO	Movimento e psicomotricidade no desenvolvimento infantil. Jogos corporais e atividades rítmicas. Diferentes linguagens corporais e/ou artísticas em suas relações com o processo educacional na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Criação, fruição, reflexão e expressão mediante a integração das linguagens artísticas – artes plásticas, música, teatro e dança. As propostas contemporâneas para o ensino de arte. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
FUNDAMENTOS E	Fundamentos e metodologias da



METODOLOGIAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Educação Infantil a partir da abordagem das diferentes áreas do conhecimento. Fundamentos políticos, econômicos e sociais para o surgimento e expansão da educação infantil: Creches e pré-escolas. A função da educação infantil. Políticas nacionais de atendimento à infância. A relação entre cuidar e educar como um princípio ético. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL II	Subsídios legais, teóricos e práticos para a organização e desenvolvimento do currículo e do trabalho com crianças pequenas, tendo em vista as funções de educar e cuidar das instituições de educação infantil para a efetivação de um atendimento de qualidade.
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DA ALFABETIZAÇÃO, LÍNGUA E LETRAMENTO	Concepções de alfabetização e letramento. Métodos de Alfabetização: sintéticos e analíticos. A leitura e a escrita como práticas sociais. Organização e produção de materiais pedagógicos para alfabetizar letrando. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	A linguagem como forma de interação social. Conceito de texto. Gêneros discursivos e suas características linguísticas. Conteúdos e aspectos metodológicos do ensino de português nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O desenvolvimento da competência comunicativa nas modalidades oral e escrita e nos diversos gêneros discursivos. Ensino da Língua Portuguesa nos referenciais, parâmetros vigentes e nos livros didáticos. O papel do professor no ensino da língua portuguesa.
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE CIÊNCIAS	Fundamentos epistemológicos das ciências naturais: características, princípios históricos, filosóficos e metodológicos. Noções de ciências e suas interações com as demais áreas de conhecimento: ambiente, tecnologia e sociedade. Concepção de ciência



		ambiente, educação e sociedade. Conhecimento científico e método científico. Procedimentos metodológicos e recursos pedagógicos de ciências na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Papel do ensino de ciências no nível fundamental e inter-relações com os demais componentes curriculares. Estudo dos objetivos e do conteúdo programático de ciências, nas séries iniciais do ensino fundamental. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
FUNDAMENTOS METODOLOGIAS DO ENSINO DE GEOGRAFIA	E	Estudo dos objetivos e do conteúdo programático de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil, bem como análise da inter-relação entre seus conteúdos específicos e as demais áreas curriculares. Planejamento e desenvolvimento de atividades e materiais do ensino específico na área. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
FUNDAMENTOS METODOLOGIAS DO ENSINO DE HISTÓRIA	E	O que é História. Pressupostos teórico-metodológicos, orientações, objetivos e conteúdos programáticos para o ensino de História na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. História e interdisciplinaridade. Recursos didáticos e possibilidades para o ensino de História. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
FUNDAMENTOS METODOLOGIAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA I	E	Pressupostos teóricos presentes na organização dos conteúdos de Matemática na Educação Infantil no desenvolvimento dos conceitos matemáticos. Metodologias relativas aos conteúdos, tendo como eixo norteador a unidade entre teoria e prática. Relação com as áreas do conhecimento matemático propostas para a infância: números e sistema de numeração, operações aritméticas iniciais, espaço e forma (geometria), grandezas e medidas,



	noções de estatística e probabilidade. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA II	Pressupostos teóricos presentes na organização dos conteúdos de Matemática para os anos iniciais do Ensino Fundamental no desenvolvimento dos conceitos matemáticos. Metodologias relativas aos conteúdos, tendo como eixo norteador a unidade entre teoria e prática a partir da abordagem das áreas do conhecimento matemática: Números e operações, Geometria, Grandezas e Medidas, Tratamento da Informação e Pensamento algébrico. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
GESTÃO EDUCACIONAL	Políticas e Gestão da Educação Brasileira. Sistemas de Ensino. A gestão educacional no contexto das reformas do Estado. Diretrizes e perspectivas da Educação Básica. Influências mundiais e latino-americanas. Gestão da Educação: novos paradigmas. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
GESTÃO ESCOLAR	Gestão de unidades escolares. Democratização da gestão escolar. Papel do gestor escolar. Instâncias Colegiadas de participação. A relação escola-comunidade. Gestão e o Projeto Político Pedagógico da Educação Básica.
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Construção histórica da educação e seus fundamentos, da Antiguidade aos dias atuais. Determinantes sócio históricos da educação. Relações entre Estado e educação.
HISTÓRIA DA PEDAGOGIA	Pedagogia enquanto ciência da educação e de processos educativos. Discursos Pedagógicos Históricos. Grandes pensadores da educação. O profissional pedagogo no mundo do trabalho atual. Perspectivas e Polêmicas.
INFÂNCIA E LETRAMENTO I	Concepção de infância e letramento. Infância, letramento e questões sociais.
INFÂNCIA E LETRAMENTO II	A língua materna e os processos de desenvolvimento linguístico. Estudo dos



	processos de desenvolvimento e aquisição da linguagem oral e escrita pela criança: aspectos sócio-histórico e pedagógico. Infância e letramento.
INFÂNCIA E PENSAMENTO MATEMÁTICO	A construção da matemática e sua importância para formação do pensamento matemático na criança. Escrita da linguagem matemática nos aspectos sócio-históricos e psicológicos; relações entre escrita e leitura da linguagem matemática.
INFÂNCIA E SOCIEDADE	O surgimento do sentimento de infância. Infância, família e sua historicidade. Infância e sociedade contemporânea. Surgimento e desenvolvimento das instituições de Educação Infantil no mundo e no Brasil. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
INFÂNCIA, MÚLTIPLAS LINGUAGENS E MÍDIA	Introdução ao conceito de cibercultura. Teorias da aprendizagem subjacentes às metodologias de ensino por computador. Noções Básicas na área de informática e tecnologia. Possibilidades de aplicação da tecnologia na educação. Conhecimento de aplicativos voltados à educação.
LINGUAGEM E EDUCAÇÃO	Relações entre linguagem e educação. Diferentes concepções de língua e linguagem
LUDICIDADE E EDUCAÇÃO	Abordagens teóricas e práticas de recreação e jogos para crianças. Atividades lúdicas na educação. O jogo, o brinquedo e a educação. Importância do jogo, do brincar, do brinquedo na concretização do processo de abstração e na construção do imaginário da criança. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
NORMATIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS	Métodos e normas de produção acadêmica e comunicação científica. Características dos diferentes trabalhos acadêmico-científicos e sua elaboração. Normas atualizadas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no que se refere à elaboração de trabalhos



	acadêmico-científicos. Pesquisa e busca de fontes de informação e referências bibliográficas.
ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL	A trajetória da educação escolar no Brasil: da colonização à República. Contextos e determinantes históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais presentes nas fases da educação brasileira.
ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	O planejamento na educação no contexto sócio-histórico. Concepções e tendências que influenciaram o planejamento educacional. Níveis e os processos de planejamento educacional. Planejamento escolar e de ensino para educação infantil e ensino fundamental.
ORIENTAÇÃO SEXUAL	Estudo dos aspectos biopsicossociais e culturais da sexualidade. Desenvolvimento psicosssexual. Socialização de gênero. Contribuições da escola na produção das diferenças de gênero. Metodologia da Educação Sexual.
PESQUISA EM EDUCAÇÃO I	Introdução à pesquisa e conhecimento científico. A pesquisa em educação: enfoque epistemológico e campo do conhecimento. Pesquisa científica: conceituação, abordagem quantitativa e qualitativa, paradigmas. Classificação das pesquisas: bibliográfica, documental, experimental, ex-post-facto, levantamento, estudo de caso, histórica, pesquisa-ação, pesquisa participante etc. Definição e justificativa do tema de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
PESQUISA EM EDUCAÇÃO II	A pesquisa em educação: a relação entre o referencial teórico e a aplicação metodológica. Elementos de um projeto de pesquisa: título, introdução, problema, justificativa, fundamentação teórica, metodologia, cronograma e referências. Delimitação do problema e Elaboração do projeto de pesquisa para o Trabalho de



	Conclusão de Curso. Instrumentos de coleta de dados. Relatório de pesquisa.
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Estudo das políticas educacionais no Brasil no contexto das políticas públicas e das Reformas do Estado. Sistemas de Ensino. Legislação Educacional. Educação Básica. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
PRÁTICAS INTEGRADORAS PARA FORMAÇÃO DOCENTE	Ações integradoras entre as Licenciaturas. Problemática da Formação de Professores e Desafios da Educação Básica por meio de diferentes áreas de conhecimentos. Diálogos interdisciplinares sobre educação básica e temas transversais.
PROJETO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	Construção e análise de projetos pedagógicos na educação.
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	História e eixos epistemológicos da Psicologia; Psicologia e Educação; desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e psicomotor da criança ao adulto e suas implicações no processo ensino e aprendizagem. Análise das principais abordagens teóricas: Gestalt, Behaviorismo, Psicanálise e suas contribuições para a compreensão dos processos educativos.
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	Os processos de ensino e aprendizagem e desenvolvimento da criança ao adulto: contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon; interações socioculturais, construção do conhecimento e constituição dos sujeitos nas práticas sociais.
PSICOMOTRICIDADE	Movimento motor. Desenvolvimento motor. Psicomotricidade: definição e aplicação; estruturas psicomotoras.
RECREAÇÃO E JOGOS	O jogo, o brinquedo e a educação. Importância do jogo, do brincar, do brinquedo na concretização do processo de abstração e na construção do imaginário da criança.
SAÚDE E EDUCAÇÃO	Relação entre saúde e educação. Noções e conceitos fundamentais da educação nos processos de saúde preventiva.



SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	O campo e o objeto da sociologia. Vertentes clássicas do pensamento sociológico: enfoques teóricos e concepções de educação. A educação como processo social. Contribuições da Sociologia à Educação.
SUJEITO, SUBJETIVIDADE E PSICOLOGIA	A noção de sujeito na ciência psicológica. Desenvolvimento da subjetividade e relação pedagógica. Subjetividade e complexidade.
TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO	Introdução ao conceito de cibercultura. As tecnologias de informação e comunicação: histórico e evolução. Formação de professores e uso das tecnologias. Possibilidade de utilização das tecnologias de informação e comunicação na educação. O computador e a internet como recursos didáticos. Sítios eletrônicos e softwares educativos numa perspectiva interdisciplinar. Atividades práticas de ensino supervisionadas.
TÓPICOS EDUCACIONAIS EM EDUCAÇÃO E IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL	Construção cultural do racismo: as especificidades brasileiras. As lutas antirracistas dos movimentos negros e indígenas no Brasil. Políticas públicas de enfrentamento às desigualdades étnico-raciais. Educação como espaço de reprodução e/ou desconstrução das desigualdades e discriminações. Formas, possibilidades e ações educativas de combate aos preconceitos e às discriminações.
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	Orientação e elaboração de trabalho de conclusão de curso.
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	Orientação e elaboração de trabalho de conclusão de curso.
TRABALHO E EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS NÃO-ESCOLARES	A relação trabalho e educação na sociedade contemporânea. Modalidades de educação; formal, não formal e informal. Processos educativos nos contextos não escolares. As possibilidades de atuação do Pedagogo em âmbitos não escolares.



7.6. Bibliografia básica e complementar

Quadro 4 – Bibliografia Básica e Complementar das disciplinas

Disciplina	Bibliografia Básica	Bibliografia complementar
ARTE E EDUCAÇÃO	FERRAZ, M. H. C. T. et al. Metodologia do ensino da arte . São Paulo: Cortez, 1993. FISCHER, E. A necessidade da arte . 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. KISHIMOTO, T. M. (org.) O brincar e suas teorias . São Paulo: Pioneira, 2002.	BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil . Brasília: MEC/SEF, 1998. MALUF, A. C. M. Brincar: prazer e aprendizado . 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. PILLAR, A. D. Desenho e construção de conhecimento na criança . Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013. LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? . 12. ed. São Paulo: Cortez, 2012. PIMENTA, Selma Garrido. Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica . 18. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.	ADORNO, T. W. Educação e emancipação . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. FREIRE, P. Educação e mudança . 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade . 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. GADOTTI, M.; FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. Pedagogia: diálogo e conflito . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008. PIMENTA, S. G. Saberes pedagógicos e atividade docente . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	HADJI, C. A avaliação desmistificada . Porto Alegre: ARTMED, 2001. LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar .	FRANCO, M. L. P. B. Pressupostos epistemológicos da avaliação educacional. In: SOUZA, C. P. de (Org.). Avaliação do rendimento escolar . Campinas: Papirus, 1991.

Coordenadoria dos Órgãos Colegiados



		estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1994. PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.	SHORES, E. E.; GRACE, C. Manual de portfólio: um guia passo a passo para professores. Porto Alegre: ARTMED, 2001. VASCONCELLOS, C. S. Avaliação: concepção dialética, libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Cadernos Pedagógicos do Libertad, 1993.
CIDADANIA E EDUCAÇÃO	E	ARIÉS, P. História social da criança e da família. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. FERREIRO, E. Cultura, escrita e educação. Porto Alegre: Artmed, 2001. ORTIZ, R. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1995.	PEDAGOGIA CIDADÃ. Cadernos de Formação: Fundamentos sociológicos e antropológicos da educação. Dagoberto José Fonseca (org.) São Paulo: UNESP, Pró-Reitoria de Graduação, 2003. REIS, M. F. C. T. Infância, escola e pobreza: ficção e realidade. Campinas: Autores Associados, 2002 (Coleção educação contemporânea). SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Asa Editores, 2004.
CULTURA BRASILEIRA		FERREIRO, E. Cultura, escrita e educação. Porto Alegre: Artmed, 2001. ORTIZ, R. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1995. RIBEIRO, D. O. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.	CANDAU, V. M. Cotidiano escolar e cultura(s): encontros e desencontros. In: _____. (org.) Reinventar a escola. Petrópolis: Vozes, 2000. COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. PEDAGOGIA CIDADÃ. Cadernos de Formação: Fundamentos sociológicos e antropológicos da educação. Dagoberto José Fonseca (org.) São Paulo: UNESP, Pró-Reitoria de Graduação, 2003.
CURRÍCULO GESTÃO ESCOLAR	E	GOODSON, I. F. Currículo: teoria e	OLIVEIRA, I. B. Currículos praticados: entre a regulação e a



	história. Trad. Atílio Brunetta. Petrópolis: Vozes. 1995. HERNANDES, F. A organização do currículo por projetos de trabalho. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (orgs.) Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.	emancipação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. OLIVEIRA, Z. M. R. (org). A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a educação infantil. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. ALONSO, L. G. et al. Projeto curricular, formação de professores e mudança educativa. In: A construção do currículo na escola: uma proposta de desenvolvimento curricular para o 1º ciclo básico. Porto, Porto Editora, 1994.
CURRÍCULO, ENSINO E CULTURA	ALONSO, L. G. et. al. Projeto curricular, formação de professores e mudança educativa. In: ALONSO, L. G. et. al. A construção do currículo na escola: uma proposta de desenvolvimento curricular para o 1º ciclo básico. Porto, Porto Editora, 1994. BRANDÃO, C. R. A educação como cultura. São Paulo, 2002. COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas. 2. ed. Rio de Janeiro DP&A, 2000.	BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria do Ensino Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1, 2, 3 v. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, v. 1, 1997. HERNANDES, F. A organização do currículo por projetos de trabalho. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
DIDÁTICA I	CANDAU, V. M. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1999. LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2000. MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: As abordagens do processo. São Paulo. EPU. 1986. PIMENTA, S. G; GHEDIN, E (orgs). Professor reflexivo no	COMENIUS. I. A. Didática magna. SP: Martins Fontes, 1997. Porto Alegre: Artes médicas, 1994. TARDIF. M. Saberes docentes e formação profissional. Rio de Janeiro: Vozes, 5 ed. 2005. GERALDI, C. M. G; DARIO, F; PEREIRA, E. M. A (orgs). Cartografias do trabalho docente. Mercado das letras. 2001. PERRENOUD. P. A prática reflexiva no ofício de professor:



	Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2005. VEIGA, I. P. A. Repensando a didática. 17. ed. São Paulo: Papirus, 2000.	profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. SAVIANI, N. Saber escolar, currículo e didática: problemas das unidades conteúdo/método no processo pedagógico. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.
DIDÁTICA II	CANDAU, V. M. Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. A. organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre, 1998. LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2000. LUCKESI, C. C. A. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995. VEIGA, I. P. de A. Técnicas de ensino: Por que não? Campinas: Papirus, 8 ed. 1999.	BELLONI, M. L. O que é Mídia-Educação? 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005. HOFFMANN, J. ESTEBAN, M. T.(orgs). Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação, 2003. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998. VASCONCELOS, C. S. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertad. 1995. VEIGA, I. P. A. O ensino e suas relações. 12. ed. São Paulo: Papirus, 2007.
EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância. Proformação: avaliação externa. Brasília: MEC, 2003. FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. Formar ou certificar? Muitas questões para reflexão. Brasília: 2003. Disponível em: <www.andes.org.br>. Acesso em: 15 de maio de 2007. GÉGLIO, P. Questões da	BARRETO, E. S. S. Capacitação à distância de professores do ensino fundamental no Brasil. Educ. Soc. Ago., 1997, vol. 18, nº 59, p. 308-329. FREITAS, H. C. L. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. Educ. Soc., Out 2007, vol. 28, nº 100, p. 1203-1230. ZUIN, A. A. S. Educação à distância ou educação distante? O programa universidade aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. Educ. Soc., Out 2006, vol. 27, nº. 96, p. 935-954.



	formação continuada de professores. São Paulo: Alfa-Ômega, 2006.	
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	BRANDÃO, C. R. Educação popular. São Paulo: Brasiliense, 1984. BRANDÃO, C. R. O que é Método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 2003. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2001. PINTO, Á. V. Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo: Cortez, 1994.	ARROYO, M. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. Alfabetização e cidadania. São Paulo: Rede de apoio à ação alfabetizadora do Brasil (RAAAB), Nº 11, 2001. DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf>. FREIRE, P. A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. 22. ed. São Paulo: Cortez, 1988. FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. Que fazer: teoria e prática em educação popular. Editora Vozes, 1999. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org/xmlui/search?fq=location.coll%3A12>.
EDUCAÇÃO ECOLÓGICA-AMBIENTAL	GADOTTI, M. Pedagogia da terra. São Paulo: Petrópolis, 2000. GUIMARÃES, M. A. Dimensão ambiental na educação. São Paulo: Papirus, 1995. GUIMARÃES, M. A. Formação de educadores ambiental. São Paulo: Papirus, 2004.	GONÇALVES, C. W. P. O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004. MORIN, E. Os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2002. PENTEADO, H. D. Meio ambiente e formação de professores. São Paulo: Cortez, 2000.
EDUCAÇÃO ESPECIAL	BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. 3. ed. Porto Alegre:	GARCIA, R. M. C. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. 18, n. 52, p. 101-119,



	Mediação, 2010. BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. (Orgs.). Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 7. Ed. Campinas: Papirus, 2006. p. 21-51. BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2014. BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Coleção A educação especial na perspectiva da inclusão escolar (Fascículos 1-10). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2014. GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.	jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n52/07.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2014. JANNUZZI, G. Algumas Concepções de Educação do Deficiente. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Campinas, v.25, n.3, p.9-25, maio 2004. MENDES, E. G. Inclusão marco zero: começando pelas creches. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. PACHECO, J. et al. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007. REILY, Lucia. Escola inclusiva: linguagem e mediação. Campinas: Papirus, 2004.
EDUCAÇÃO, INCLUSÃO E DIVERSIDADE	AQUINO, J. G. (Org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas	MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna,



	teóricas e práticas. 2. ed. São Paulo: Summus, 1998. CROCHÍK, J. L. Preconceito, indivíduo e cultura. 2. ed. São Paulo: Robe Editorial, 1997. FAUSTINO, R. C. A política da diversidade cultural e da inclusão das minorias étnicas na sociedade globalizada. In: FAUSTINO, R. C.; CHAVES, M.; BARROCO, S. M. S. (Orgs.). Intervenções pedagógicas na educação escolar indígena: contribuições da Teoria Histórico-Cultural. Maringá: Eduem, 2008. p. 13-33. KASSAR, M. de C. M.; ARRUDA, E. E. de; BENATTI, M. M. S. Políticas de inclusão: o verso e o reverso de discursos e práticas. In: JESUS, D. M. de et al. (Orgs.). Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 21-31. RODRIGUES, D. (Org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.	2006. PAULA, C. R. de. Educar para a diversidade: entrelaçando redes, saberes e identidades. Curitiba: Ibpx, 2010. SAWAIA, B. Introdução: Exclusão ou inclusão perversa? In: _____ (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 7- 13. UNESCO. Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais e estrutura de ação em educação especial. Salamanca, 1994. Não paginado. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2011. UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Não paginado. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 2 de dez. 2011.
EDUCAÇÃO INDÍGENA	Brasil. In: Em Aberto 76. Brasília: INEP/MEC. p. 34-43. 2003. D'ANGELIS, W. R. Proposta para formação de professores indígenas no BRASIL/CEB/CNE. Diretrizes Curriculares	Cadernos CEDES 49. Educação Indígena e Interculturalidade. Unicamp, 2000. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. MELLO, L. G. M. Antropologia cultural: Iniciação, Teoria e



	Nacionais para a Educação Indígena. MELIÀ, B. Educação Indígena na Escola. Cadernos CEDES , ano XIX, n°. 49. 1999.	Temas. Petrópolis: Vozes, 1995.
EDUCAÇÃO POPULAR	FREIRE, P. Educação como prática de liberdade . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. STRECK, D. R. J. M. E a educação popular: um retorno às fontes. Educ. Pesqui. , Abr. 2008, vol. 34, n° 1, p.11-25. TIRIBA, L. Educação popular e pedagogia(s) da produção associada. Cad. CEDES , Abr. 2007, vol. 27, n° 71, p. 85-98.	ADORNO, T. Educação e emancipação . São Paulo: Paz e Terra, 2000. BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos . São Paulo: Companhia das Letras. 1994. MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro . 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.
EDUCAÇÃO RURAL	DAMASCENO, M. N. & BESERRA, B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. Educ. Pesqui. , São Paulo, v. 30, n° 1, 2004. DAMIANI, A. Concepções sobre população . São Paulo: Contexto, 1990. WERLE, F. O. C. (org.) Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor . Ijuí: UNIJUÍ, 2007.	ADORNO, T. Educação e emancipação . São Paulo: Paz e Terra, 2000. DAMATTA, R. Torre de Babel . Rio de Janeiro: Rocco, 1996. LEITE, S. C. Escola rural: urbanização e políticas educacionais . São Paulo: Cortez, 1999.
ENSINO E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR	FONSECA, V. da. Introdução às dificuldades de Aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 1995. GARCÍA, J. N. Manual de dificuldades de	BOSSA, N. A. Dificuldades de aprendizagem: O que são? Como tratá-las . São Paulo: Artes Médicas, 2000. CAMPOS, L. M. L. A rotulação dos alunos como portadores de “distúrbios ou dificuldades de



	Aprendizagem: linguagem, leitura, escrita e matemática. Porto Alegre: Artmed, 1998. LEITE, V. A. M. Dimensões da não aprendizagem. Curitiba: IESDE Brasil, 2012. MORAIS, A. M. P. Distúrbios da aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica. 10. ed. São Paulo: Edicon, 2003. PAÍN, S. Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.	aprendizagem”: uma questão a ser refletida. Série Idéias, São Paulo: FDE, n. 28, p. 125-140, 1997. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_28_p125-140_c.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2014. CORREIA, L. de M.; MARTINS, A. P. Dificuldade de Aprendizagem: Que são? Como entendê-las? Porto: Porto Editora, 1991. Disponível em: <http://escolas.ccems.pt/AG%20Escolas%20de%20Marrazes/seae/Dificuldades_de_aprendizagem.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2014. FACION, J. R. Transtornos do desenvolvimento e do comportamento. 3. ed. rev. atual. Curitiba: Ibpx, 2007. TOPCZEWSKI, A. Aprendizado e suas desabilidades: como lidar?. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE	LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. STEARNS, P. N. História das relações de gênero. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. WEREBE, M. J. G. Sexualidade, Política e Educação. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.	LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. MELLO, L. Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. RIBEIRO, P. R. M. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Sexualidade e educação: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. XAVIER FILHA, C. Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias. Campo Grande, MS: UFMS, 2012.
EDUCAÇÃO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE	BRANCO, S. Meio Ambiente e Educação Ambiental na Educação	BOTELHO, J. M. L. Educação Ambiental e Formação de Professores. Ji-Paraná-RO: Gráfica



	Infantil e Ensino Fundamental. São Paulo: Ed. Cortez, 2007. CAVINATTO, V. M. Saneamento Básico: Fonte de Saúde e Bem Estar. Moderna, 2. ed. 2003. DAJOZ, R. Princípios de ecologia. Porto Alegre: Artmed, 2005. MEDINA, N. M.; SANTOS, E. C. Educação Ambiental: Uma Metodologia Participativa de Formação. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003. VILELA, G. C.; RIEVERS, M. Direito e Meio Ambiente: Reflexões Atuais. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2009.	Líder, 2000. BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Subsídios para Construção da Política Nacional de Saúde Ambiental. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. MILLER JR. G. T. Ciência Ambiental. São Paulo: Thomson Pioneira, 2008. PHILIPPI JÚNIOR, A. Saneamento, saúde e meio ambiente. São Paulo: Manole, 2005. TALAMONI, J. L. B.; SAMPAIO, A. C. Educação Ambiental: da Prática Pedagógica à Cidadania. São Paulo: Escrituras, 2003.
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM EDUCAÇÃO INFANTIL I	BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil; Resolução n. 1, de 7/4/1999, Brasília: MEC, 1999. FAZENDA, I. C. A. (org.). Tá pronto seu lobo? Didática/prática na pré-escola. 2. ed. São Paulo: Ática: PUC, 1991. PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática. São Paulo, Cortez, 1994. PICONEZ, S. C. B. (org.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 2.	CUNHA, M. I. O bom professor e sua prática. 5. ed. Campinas: Papirus, 1995. HADDAD, L. A trajetória da educação infantil em quatro ciclos. In: XAVIER, M. E. S. P. (Org.). Questões de Educação Escolar. Campinas: Alínea. p. 119-136. FREIRE, M. Observação, registro e reflexão: instrumentos metodológicos. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.



	ed. Campinas: Papirus, 1994. REDIN, E. O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.	
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM EDUCAÇÃO INFANTIL II	CAMPOS-CARVALHO, M. I.; BONAGAMBA-RUBIANO, M. Organização do espaço em instituições pré-escolares. In: OLIVEIRA, Z. M. R. de (org.). Educação infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 1994. CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. (org.). Educação Infantil – pra que te quero? São Paulo: Artmed, 2001. LE BOULCH, J. O desenvolvimento psicomotor do nascimento até os 6 anos. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. HORN, M. da G. S. Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. OLIVEIRA, Z. M (org.). Educação Infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 1996.	DEHEINZELIN, M. A fome com a vontade de comer: uma proposta curricular de educação infantil. Petrópolis: Vozes, 1997. FARIA, A. L. G. Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da Educação Infantil. São Paulo: Editora da Unicamp e Cortez, 1999. GARDNER, H. A criança pré-escolar: como pensa e como a escola pode ensiná-la. Porto Alegre: Artmed, 1994. RABITTI, G. À procura da dimensão perdida: uma escola de infância em Reggio Emilia. Porto Alegre: Artmed, 1999.
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	HERNÁNDEZ, F; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho – o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.	CANDAU, V. M.; LÉLIS, I. A relação teoria-prática a formação do educador. Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro, (55): 1218, 1983. FREITAS, H. C. L. de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios.



	PERRENOUD, P. 10 novas competências para ensinar. Artmed, 2000. PICONEZ, S. C. B. (Coord.) A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papirus, 1991. PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática. São Paulo: Cortez, 1994. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda., 1998.	Campinas, SP: Papirus, 1996. VASCONCELLOS, C. dos S. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertad, 1995.
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II	HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho – o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. PERRENOUD, P. 10 novas competências para ensinar. Artmed, 2000. PICONEZ, S. C. B. (Coord.) A prática de ensino e o estágio supervisionado. Campinas: Papirus, 1991. PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática. São Paulo: Cortez, 1994. ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda., 1998.	FREITAS, H. C. L. de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. Campinas, SP: Papirus, 1996. VASCONCELLOS, C. dos S. Construção do conhecimento em sala de aula. São Paulo: Libertad, 1995. VEIGA, I. P. A. (Org.) Repensando a didática. 17. ed. Campinas: Papirus, 2001.
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM GESTÃO ESCOLAR	GOODSON, I. F. Currículo: teoria e história. Trad. Attílio	BRANDÃO, C. R. A educação como cultura. São Paulo, 2002. OLIVEIRA, I. B. Currículos



	Brunetta. Petrópolis: Vozes. 1995. HERNANDES, F. A organização do currículo por projetos de trabalho. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (orgs.) Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.	praticados: entre a regulação e a emancipação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. SANTOS, C. R. O gestor educacional de uma escola em mudança. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2002.
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM TRABALHO E EDUCAÇÃO	ANTUNES, R. L. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. ANTUNES R. L. A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. SINGER, P. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.	BAZILIO, L. C. Relações e processos de trabalho no Banco Verde. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1993. FORRESTER, V. O horror econômico. São Paulo: UNESP, 1997. FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
ESTUDO DE LIBRAS	QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008. QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007. SOARES, M. A. L. A educação do surdo no Brasil. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.	DAMAZIO, M. F. M. Atendimento educacional especializado do aluno com surdez. São Paulo: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2007. NOVO DEIT-LIBRAS, volume 1: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em linguística e neurociências cognitivas: sinais de A a H - 2. ed. rev. e amp / 2012. QUILES, R. E. S. Estudo de libras. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011. SÁ, E. D. de; CAMPOS, I. M. de; SILVA, M. B. C. Atendimento educacional especializado:



		deficiência visual. São Paulo: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2007.
ÉTICA EDUCAÇÃO	E GOERGEN, P. Pós-modernidade, ética e educação. Campinas: Autores Associados, 2004. HABERMAS, J. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. VALLS, Á. L. M. O que é ética. São Paulo: Brasiliense, 1989.	DIMENSTEIN, G. Cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Ática, 1993. GIRALDELLI JR., P. (org.) Infância, escola e sociedade. São Paulo: Cortez; Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1997. HERNANN, N. Pluralidade e ética em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO I	CHAUÍ, M. Convite à filosofia. 13. ed. São Paulo: Ática, 2010. GHIRALDELLI JÚNIOR, P. Filosofia da Educação. São Paulo: Ática, 2006. LUCKESI, C. C.; PASSOS, E. S. Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2004. MENDES, D. T. (Coord.). Filosofia da Educação Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 14. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2002.	GRAMSCI, A. Concepção dialética da História. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. NOGUEIRA JÚNIOR, R. Aprendendo a ensinar: uma introdução aos fundamentos filosóficos da educação. Curitiba: Ibpx, 2009. SAVIANI, D.; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. In: _____ (Orgs.). Pedagogia Histórico-Crítica e luta de classes na educação escolar. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 13-35.
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II	LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública. São Paulo: Loyola, 1998. LUCKESI, C. C. Filosofia Da Educação. São Paulo: ed. Cortez, 1994. SAVIANI, D. Escola e Democracia. 41. ed.	GOERGEN, P. Educação e valores no mundo contemporâneo. Educação e Sociedade , Campinas, v. 26, n. 92, out. 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302005000300013&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 02 jul. 2014.



	Campinas: Autores Associados, 2009. SAVIANI, D. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 8. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2003.	OLIVEIRA, A. S. de et al. Introdução ao Pensamento Filosófico. São Paulo: Loyola, 1990. RIOS, T. A. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE ARTE E DO MOVIMENTO	BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Brasília: MEC/SEF, 1997. (vol.6). BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília: MEC/SEF, 1997. (vol.7). BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil: conhecimento de mundo. Brasília: MEC/SEF, 1998. (v.3). MARTINS, M. C.; PICOSQUE, G.; GUERRA, M. T. T. Teoria e Prática no Ensino de Arte: a língua do mundo. São Paulo: FTD, 2009. WALLON, H. A Evolução Psicológica da Criança. Lisboa: Edições 70; Persona Psicologia, 1981.	FERREIRA, S. (Org.). O ensino das artes: construindo caminhos. Campinas: Papirus, 2001. FREITAS, G. G. de. O esquema corporal, a imagem corporal, a consciência corporal e a corporeidade. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002. KOLYNIAC FILHO, C. Motricidade e aprendizagem: algumas implicações para a educação escolar. Constr. psicopedag., São Paulo, v. 18, n. 17, dez. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542010000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 jul. 2014. MARINHO, H. R. B. et al. Pedagogia do movimento: universo lúdico e psicomotricidade. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2007.
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Propostas pedagógicas e currículo em Educação Infantil. Brasília: MEC, 1996. ABRAMOWICZ, A.; WAJSKOP, G. Creches:	ABRAMOWICZ, A. et. al. Trabalhando a diferença na educação infantil. São Paulo: Moderna, 2006. BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação



	atividades para crianças de zero a seis anos. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1999. FARIA, A. L. G. de; PALHARES, M. S. (orgs.). Educação Infantil pós LDB: rumos e desafios. 2.ed. São Carlos-SP: UFSCar, 2000. HADDAD, L. A Creche em busca de identidade. São Paulo: Edições Loyola, 1993. KRAMER, S. (org.). Profissionais da educação infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.	Infantil; Resolução n. 1, de 7/4/1999, Brasília: MEC, 1999. HORN, Maria da graça Souza. Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. KUHLMANN JR., M. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL II	ABRAMOWICZ, A. et. al. Trabalhando a diferença na educação infantil. São Paulo: Moderna, 2006. BONDIOLI, A. (org.). O tempo no cotidiano infantil: Perspectivas de pesquisa e estudo de casos. Tradução de Fernanda L. Ortale e Ilse Pachol Moreira. São Paulo: Cortez, 2004. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. Qualidade na Educação da Primeira Infância – perspectivas pós-modernas. Tradução de Magda França Lopes. São Paulo: Artmed, 2003. OLIVEIRA, Z. M (org.).	Bibliografia Complementar: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília: MEC/SEF/DPEF/COEDI, 1997. FERREIRA, M. C. R., MELLO, A. M., VITÓRIA, T., GOSUEN, A.; CHAGURI, A. C. Os fazeres na Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 1998. OLIVEIRA, Z. M., MELLO, A. M., VITÓRIA, T., FERREIRA, M. C. R. Creches: crianças, faz de conta & cia. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.



	Educação Infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 1996.	
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DA ALFABETIZAÇÃO, LÍNGUA E LETRAMENTO	FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção Questões da nossa época, v. 14). RIBEIRO, V. M. (org.). Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2. ed., 2004. SILVA, E. T. da. Alfabetização no Brasil - questões e provocações da atualidade. Campinas, S.P: Autores Associados, 2007. SMOLKA, A. L. B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez, 1989. SOARES, M. Alfabetização e Letramento. São Paulo: Contexto, 2008.	FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas. Tradução de D.M. Lichtenstein, L. Di Marco, M. Corso. 1985. CAGLIARI, L. C. Alfabetização e lingüística. São Paulo: Scipione, 1989. KATO, M. A. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1990. (Série Fundamentos). LERNER, D. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: ArtMed, 2002. OLIVEIRA, A. A.; SPÍNDOLA, A. M. de A. Linguagens na Educação Infantil III: Literatura Infantil. Cuiabá: Edufmt, 2008.
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	CURTO, L. M.; MORILLO, M. M.; TEIXIDÓ, M. M. Escrever e Ler: como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e ler. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul, 2000. Vol.1 e 2. KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e Compreender: os sentidos do texto. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011. MARCUSCHI, L. A. Produção Textual: análise de gêneros e compreensão. SP: Parábola Editorial, 2008. MORAIS, A. G.	BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. 1ª a 4ª série. Brasília, 1998. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação. 6. ed. São Paulo: Ática, 2000. GERALDI, J. W. et al. (orgs.). O texto na sala de aula. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999. KLEIMAN, Â. B.; MORAES, S. E. Leitura e Interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1999. LAJOLO, M. Do mundo da leitura para a leitura do mundo.



	Ortografia: ensinar e aprender. São Paulo: Ática, 2006. ROJO, R.; BATISTA, A. A. (org.). Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura Escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.	4. ed. SP: Ática, 2002.
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE CIÊNCIAS	BRASIL, MEC. SEF. Parâmetros curriculares nacionais de ciências naturais. Brasília, 1997. CARVALHO, A. M. P.; GIL PÉRES, D. Formação de professores de ciências: tendências e inovações. São Paulo: Cortez, 1993. DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A metodologia do ensino de ciências. São Paulo: Cortez, 1990. NARDI, R. (org). Questões atuais no ensino de ciências. São Paulo: escrituras Editora, 1998. (Educação para a ciência).	CAPRA, F. A teia da vida – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 1996. MORTIMER, E. F.; CARVALHO, A. M. P. Referenciais teóricos para análise do processo de ensino de ciências. Caderno de Pesquisa, n. 96, p. 5 – 14, 1996. WEISSMAMN, H. (org). Didática das ciências naturais. Contribuições e reflexões. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE GEOGRAFIA	ANTUNES, C. (Org.). Geografia e didática. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997. MARTIN, A. M. Práticas de ensino e de pesquisa em história e geografia. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008. PENTEADO, H. D.	BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. Geografia em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2002. RIBEIRO, A. G. As novas concepções de Geografia e o seu ensino no 1º e 2º graus. Boletim de Geografia. UEM, Ano 4, n. 1. Jan. 1986.



	Metodologia do ensino de história e geografia. São Paulo: Cortez, 2008.	
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE HISTÓRIA	BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia. Brasília: MEC, 1997. PINSKY, J. (org.) O ensino de história e a criação do fato. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2004. JOANILHO, A. L. História e prática: pesquisa em sala de aula. Campinas: Mercado de letras, 1996.	NIKITIUK, S. L. (org). Repensando o ensino de história. São Paulo: Cortez, 1996. BITTENCOURT, C. O saber histórico na sala de aula. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004. FONSECA, S. G. Caminhos da história ensinada. Campinas: Papirus, 1993. FONSECA, S. G. Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2003.
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA I	BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 1998. LORENZATO, S. Educação infantil e percepção matemática. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. SMOLE, K. C. S. A Matemática na Educação Infantil: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Porto Alegre: Artmed, 2003. SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. Coleção matemática de 0 a 6 anos: brincadeiras infantis nas aulas de matemática. v.1. Porto Alegre: Artmed, 2000. SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. Coleção	DANTE, L. R. Didática da matemática na pré-escola. São Paulo: Ática, 1991. JESUS, M. A. S.; FINI, L. D. T. Uma proposta de aprendizagem significativa de matemática através de jogos. In: BRITO, M. R. F. (Org.). Psicologia da educação matemática: teoria e pesquisa. Florianópolis: Insular, 2005. KAMII, C.; DEVRIES, R. Jogos em grupo na educação infantil: implicações da teoria de Piaget. Tradução: Marina Célia Dias Carrasqueira; prefácio Jean Piaget, São Paulo: Trajetória Cultural, 1991. KAMII, C. A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. Trad. Regina A. de Assis. Campinas, SP: Papirus, 1990. TANCREDI, R. S. P. A matemática na educação infantil: algumas idéias. In: PIROLA, N. A;



	matemática de 0 a 6 anos: resolução de problemas. v.2. Porto Alegre: Artmed, 2000.	AMARO, F. O. S. T. (Org). Pedagogia cidadã – Cadernos de formação – educação matemática. São Paulo: Unesp, Pró- Reitoria de graduação, 2004.
FUNDAMENTOS E METODOLOGIAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA II	BITTAR, M.; FREITAS, J. L. M. Fundamentos e metodologia de Matemática para os ciclos iniciais do ensino fundamental. Campo Grande-MS: Editora UFMS, 2004. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Brasília: MEC/SEF, 1997, v. 3. CARRAHER, T. N.; CARRAHER, D.; SCHLIEMANN, A. Na vida dez, na escola zero. São Paulo, Cortez, 1994. PARRA, C.; SAIZ, I. (orgs.). Didática da matemática: reflexões psicopedagógicas. trad. Juan Acuña Llorens. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.	MACHADO, N. J. Matemática e realidade: análise dos pressupostos filosóficos que fundamentam o ensino de matemática. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. MAGINA, S.; CAMPOS, T. M. M.; GATIRANA, V.; NUNES, T. Repensando adição e subtração: contribuições da Teoria dos Campos Conceituais. São Paulo: PROEM, 2001. NUNES, T.; CAMPOS, S. M.; BRYANT, P. Introdução à Educação Matemática: os números e as operações numéricas. São Paulo: Proem, 2001. PIRES, C. M. C.; CURI, E.; CAMPOS, T. M. M. Espaço e Forma: a construção de noções geométricas pelas crianças das quatro séries iniciais do Ensino Fundamental. São Paulo: PROEM, 2000.
GESTÃO EDUCACIONAL	DOURADO, L. F. (org.). Políticas e Gestão da Educação no Brasil: novos marcos regulatórios. São Paulo: Xamã, 2009. FREITAS, D. N. T. A avaliação da educação básica no Brasil. Campinas-SP: Autores Associados, 2007. LIMA, P. G.; ARANDA, M. A. de M.; LIMA, A. B. de. Políticas educacionais, participação e gestão	LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. GESTÃO educacional: o Brasil contemporâneo. Em Aberto, Brasília, v.19, n.75, p.1-189, jul.2002. FERREIRA, N. C. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2001. PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. São Paulo:



	democrática da escola na contemporaneidade brasileira. Rev. Ensaio. Belo Horizonte, v. 14, n. 01, p.51-64, jan-abr, 2012. LUCK, H. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis: Vozes, 2010. OLIVEIRA, D. A. Políticas e gestão da educação. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.	Ática, 2004. OLIVEIRA, D. A. (org). Gestão Democrática da Educação. Desafios contemporâneos. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
GESTÃO ESCOLAR	BRASIL. Ministério da Educação. Gestão democrática da educação. Boletim 19 , outubro 2005. Salto para o Futuro. TV Escola. LUCK, H. Gestão participativa na escola. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. PARO, V. H. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2007. VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de (Org.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papyrus, 1998.	COLARES, A. A.; COLARES, M. L. I. S. Do autoritarismo repressivo à construção da democracia participativa. Campinas-SP: Autores Associados, 2003. NAVARRO, I. P. et al. Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: MEC/SEB, 2004. PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 1997. PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set/dez. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a08.pdf >. PARO, V. H. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	COTRIM, G.; PARISI, M. Fundamentos da educação. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1982. GADOTTI, M. História das idéias pedagógicas. São Paulo: Ática, 1995.	LUZURIAGA, L. História da educação e da pedagogia. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1977. MANACORDA, M. A. História da educação da antiguidade aos nossos dias. 3. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.



	GILES, T. R. História da educação. São Paulo: EPU, 1987.	SOUZA, N. M. M. (org.). História da educação. São Paulo: Avercamp, 2006.
HISTÓRIA DA PEDAGOGIA	CAMBI, F. História da pedagogia. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. MARQUES, M. O. Pedagogia: a ciência do educador. 3. ed. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2006. PIMENTA, S. G. Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas - 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. SAVIANI, D. História das idéias pedagógicas no Brasil. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.	GADOTTI, M. História das idéias pedagógicas. São Paulo: Ática, 1995. LUZURIAGA, L. História da Educação e da Pedagogia. Trad. Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Pedagogia(s) da Infância: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007. SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983.
INFÂNCIA E LETRAMENTO I	ROJO, R. Alfabetização e letramento: perspectivas linguísticas. Campinas: Mercado das Letras, 1998. SOARES, M. Alfabetização e letramento. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.	KLEIMAN, Â. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KRAMER, S. Leitura e escrita de professores. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 7, p. 19-41, Jan/fev/mar/abr, 1996. KLEIMAN, Â.; SOUZA, S. J. (org.). História de professores: leitura, escrita e pesquisa em educação. São Paulo: Ática, 1996. LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. A formação da leitura no Brasil. São Paulo: Ática, 1996.
INFÂNCIA E LETRAMENTO II	MOLLIKA, M. C. Fala, letramento e inclusão social. São Paulo: Contexto, 2007. RIBEIRO, V. M.; FERRARO, A. R. Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001. Instituto Paulo Montenegro, 2003. SOARES, M. B.;	CEALE – SEE-MG. Orientações para a organização do Ciclo Inicial de Alfabetização. Caderno 3. Belo Horizonte, 2004. KRAMER, S.; GUIMARÃES, D. O. Infância e educação infantil. Papirus: Campinas, 1999. VIEIRA, S. L.; MATOS, K. S. L. Educação: olhares e saberes. Edições Demócrito Rocha, 2000.



		SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Autêntica: Ceale, 1998.	
INFÂNCIA PENSAMENTO MATEMÁTICO	E	NACARATO, A. M. LOPES, C. E. Escritas e leituras na educação matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. PANIZZA, M. Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais: análise e propostas. Porto Alegre: Artmed, 2006. SMOLE, K. C. S. A matemática na educação infantil: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.	COOL, C.; MARCHESI, Á., PALACIUS, J. e colaboradores. Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia da educação escolar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. KAMII, C.; DESVRIES, R. O conhecimento físico na educação pré-escolar: implicações da teoria de Piaget. Trad Maria Cristina Goulart. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. KISHIMOTO, F. M. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Pioneira, 1994.
INFÂNCIA SOCIEDADE	E	ARIËS, P. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981. FARIA, A. L. G. Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da Educação Infantil. São Paulo: Editora da Unicamp e Cortez, 1999. FALK, J. (org.). Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy. Araraquara: JM Editora, 2004. KUHLMANN JR, M. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998. LORDELO, E. R.;	DEL PRIORE, M. História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1995. KUHLMANN JR, M. Histórias da educação infantil brasileira. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02 >. KUHLMANN JR, M. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). Cadernos de Pesquisa, São Paulo. Nº 78, agosto 1991. Disponível em: < http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/969.pdf >.



	CARVALHO, A. M. A.; KOLLER, S. H. (orgs). Infância brasileira e contextos de desenvolvimento. São Paulo: Universidade Federal da Bahia, 2002.	
INFÂNCIA, MÚLTIPLAS LINGUAGENS E MÍDIA	LEVY, P. O que é virtual? Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1997. MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Papirus Educação). PACHECO, E. D. (org.) Televisão, criança, imaginário e educação. Campinas: Papirus, 1998.	LIBÂNEO, J. C. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção questões da nossa época, v. 67). PEDAGOGIA CIDADÃ. Cadernos de formação: Gestão da Informação. JESUS, A. C. de. (org.). São Paulo: UNESP, Pró-reitoria de Graduação, 2005. TAJRA, S. F. Informática na educação. São Paulo: Érica, 2003.
LINGUAGEM E EDUCAÇÃO	BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1998. EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. As cem linguagens da criança: abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 1999. VYGOTSKY, L. S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone; Editora da USP, 1988. VYGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.	FARIA, A. L. G.; MELLO, S. A. (orgs.). Linguagens infantis: outras formas de leitura. Campinas: Autores Associados, 2005 (Coleção Polêmicas de nosso tempo, v. 91). TEBEROSKY, A. Aprendendo a escrever: perspectivas psicológicas e implicações educacionais. São Paulo: Ática, 1992. ZAMBERLAN, M. A. T. Educação Infantil: subsídios teóricos e práticas investigativas. Londrina: CDI, 2005.
LUDICIDADE E	KISHIMOTO, T. M.	BERNARDES, E. L. Jogos e



EDUCAÇÃO	(org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo, Cortez, 1996. MALUF, A. C. M. Brincar, prazer e aprendizado. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. MOYLIES, J. R. Só brincar? O papel do brincar na educação infantil. Tradução Maria Adriana Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2002. OLIVEIRA, Z. de M. R. Educação infantil: muitos olhares. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. SANTOS, S. M. P. dos (Org.). Brinquedoteca - o lúdico em diferentes contextos. 14 ed. Petrópolis, R.J: Vozes, 2011.	brincadeiras: ontem e hoje. Cadernos de História da Educação - nº. 4 - jan./dez. 2005. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/384>. BORBA, A. M. O brincar como modo de ser e estar no mundo. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006. KISHIMOTO, T. M. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. ROJAS, J. Jogos, brinquedos e brincadeiras: o lúdico e o processo de desenvolvimento infantil. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2007. WAJSKOP, G. O brincar na educação infantil. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 92, p. 62-69, fev, 1995 .
NORMATIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023/2002: informação e documentação - referências – elaboração. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520/2002: informação e documentação - citações – elaboração. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14274/2005: informação e documentação – Trabalhos	CARVALHO, M. C. M. (org.). Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 1994. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. MATTAR NETO, J. A. Metodologia na era da informática. São Paulo: Saraiva, 2003.



	Acadêmicos – apresentação. LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.	
ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL	ARANHA, M. L. A. História da educação e da Pedagogia. Geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 1989. FAVERO, O. (org.) A educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988. 2.ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2001. HOLANDA, S. B. História Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Livro 3. 1986. RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: a organização escolar. 13. ed. São Paulo: Autores Associados, 1993.	CASTANHA, A. P. Pedagogia da Moralidade: a Ordem Civilizatória Imperial. Disponível em: < http://www.histedbr.fae.unicamp. br/navegando/artigos_titulos.html >. GHIRALDELLI JR, P. Filosofia e história da educação brasileira. São Paulo: Manole, 1986. ROMANELLI, O. História da educação no Brasil. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. GADOTTI, M. História das idéias pedagógicas. São Paulo: Ática, 1995.
ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? Currículo – Área – Aula. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. PADILHA, P. R. Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola. 6. ed. São Paulo: Cortez. Instituto Paulo Freire, 2006. VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: projeto de	GANDIM, D. Planejamento como prática educativa. São Paulo: Loyola, 1985. VIANNA, I. O. A. Planejamento participativo na escola: um desafio ao educador. São Paulo: EPU, 1986. SAVIANI, D. Tendências e correntes da educação brasileira. In: MENDES, D. T. Filosofia da educação brasileira. Rio de Janeiro, 1983.



	ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 10. ed. São Paulo: Libertad, 2002.	
ORIENTAÇÃO SEXUAL	ALMEIDA A. F. F. De menina a mãe adolescente: uma construção da vulnerabilidade de gênero. Campo Grande: EDUFMS; 1999. ALMEIDA A. F. F. Vulnerabilidade de gênero na sexualidade e paternidade adolescente. Campinas, 2005. Tese de Doutorado Universidade Estadual de Campinas. LOURO, L. G.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (orgs.) Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.	ALMEIDA, M. S. R. A sexualidade na sala de aula. São Paulo: Cortez, 2004. EGYPTO, A. C. Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante. São Paulo: Cortez, 2003. MURARO, R. M.; BOFF, L. Feminino e masculino. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
PESQUISA EM EDUCAÇÃO I	ANDRE, M; LUDKE, M. Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: Epu: 1985. ANDRÉ, M. E. D. A. Etnografia da prática escolar. São Paulo: EPU, 1986. FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2001. GATTI, A. B. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Plano, 2002. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.	DEMO, P. Educar pela pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2002. FAZENDA, I.; LINHARES, C. (orgs.). Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional. Campo Grande: Editora da UFMS, 1999. FRANCO, M, A. S. Pedagogia da Pesquisa-Ação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005. LÜDKE, M.; CRUZ, G.B. Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 125, p. 81-109, 2005. PIMENTA, S.G. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação



		docente. Educ. Pesqui. , v.31, n.3, p.521-39, 2005.
PESQUISA EM EDUCAÇÃO II	ALVES-MAZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais – pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1998. BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas . Petrópolis: Vozes, 1990. CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais . 16. ed. São Paulo: Cortez, 1991. GATTI, B. A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. Cadernos de Pesquisa , n. 113, p. 65-81, julho/2001. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.	ALVES-MAZZOTTI, A. J. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação. Cadernos de Pesquisa . N. 113, p. 39-50, julho/2001. GATTI, B. A. Pesquisar em Educação: Considerações sobre alguns pontos chave. Revista Diálogo Educacional , vol. 6, núm. 19, septiembre-diciembre, 2006, pp. 25-35. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba. GENTIL, H. S. Convite à pesquisa em Filosofia e Ciências Humanas: Orientações básicas para a formulação de um projeto. Integração . Abril/Maio/Jun, 2005. LANKSHEAR, C; KNOBEL, M. A pesquisa como investigação sistemática. In: _____. Pesquisa pedagógica: do projeto a implementação . Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008 P.31-43. LANKSHEAR, C; KNOBEL, M. Formulando nossos propósitos de pesquisa: problemas, questões, intenções e objetivos . In: _____. Pesquisa pedagógica: do projeto a implementação . Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008.
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : Lei n. 9394/1996. BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas . São Paulo: Cortez, 2011. DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (orgs.). Políticas	BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federal do Brasil . Brasília: Imprensa Oficial, 1988. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica . Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. DOURADO, L. F. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas.



	públicas e educação básica. São Paulo: Xamã, 2001. SOUZA, Â. R. de; GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T. M. Políticas Educacionais: conceitos e debates. Curitiba: Appris, 2011.	Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007 921 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. MACHADO, E. M.; MUELLER, H. I. (org.). Políticas Públicas Educacionais: múltiplos olhares. Ijuí-RS: Unijuí, 2006.
PRÁTICAS INTEGRADORAS PARA FORMAÇÃO DOCENTE	FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Campinas: Papirus, 1999. _____. O que é interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2008. MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. _____. Introdução ao pensamento complexo. Lisboa: Instituto Piaget, 1990. SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2005. SANTOS, Lucíola Paixão. História das disciplinas escolares. Teoria & Educação. Porto Alegre, n. 2, 1990. p.21-29. _____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec; 2002.	GALLO, Sílvio. Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar. In: ALVES, Nilda & LEITE, Regina. O sentido da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. GOODSON, Ivo F. Currículo: teoria e história. Trad. Attílio Brunetta. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (Org.). Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1995. JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976. KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1976. LOPES, Alice Casimiro. Políticas de Integração Curricular. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. PHILIPPI Jr., A. (et al.) Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: Signus Editora, 2000. SANTOMÉ, Jurgio Torres. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998. VEIGA-NETO, Alfredo. Currículo



		e interdisciplinaridade. In: MOREIRA, Antonio Flavio B. (org.) Currículo : questões atuais. Campinas: Papirus, 1997. p.59-102.
PROJETO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	GANDIN, D.; GANDIN, L. A. Temas para um projeto político-pedagógico . Petrópolis: Vozes, 1999. GEMERASCA, M. P.; GANDIM, D. Planejamento participativo na escola . O que é e como se faz. São Paulo: Loyola, 2002. OLIVEIRA, Z. R. A busca de uma proposta pedagógica. In: _____. Educação infantil : fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.	OYAFUSO, A.; MAIA, E. Plano escolar – caminho para a autonomia. São Paulo: Extra Publishing, 1999. VASCONCELLOS, C. S. Planejamento - Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico na educação infantil. São Paulo: Libertad, 2002. VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico . Campinas: Papirus, 1995.
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TRASSI, M. de L. Psicologias : uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. DAVIDOFF, L. L. Introdução à psicologia . 3. ed. São Paulo: Pearson, 2012. COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALÁCIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação , v. 1,2,3. Psicologia evolutiva. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008. D'ANDREA, F. F. Desenvolvimento da personalidade : enfoque psicodinâmico. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.	CARRARA, K. Introdução à psicologia da educação : seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2010. DAVIS, C. Psicologia na educação . 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000. SPERLING, A. P. Introdução à psicologia . São Paulo: Pioneira; Thomson Learning, 1999. FIGUEIREDO, L. C. M.; SANTI, P. L. R. de. Psicologia : uma (nova) introdução, uma visão histórica da psicologia como ciência. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008-2010. PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano . 10. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009. SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. História da psicologia moderna . São Paulo: Cengage Learning, 2009.



PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	ABERASTURY DE PICHÓN RIVIÈRE, A.; KNOBEL, M. Adolescência normal: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008. BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TRASSI, M. de L. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. PIAGET, J. O nascimento da inteligência na criança. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC Ed, 1987. VIGOTSKY, L. S.; COLE, M. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.	CARRARA, K. Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2010. COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALÁCIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação, v. 1,2,3. Psicologia evolutiva. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008. DAVIS, C. Psicologia na educação. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000. LA TAILLE, Y. de; OLIVEIRA, M. K. de; DANTAS, H. de L. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 23. ed. São Paulo: Summus, 1992.
PSICOMOTRICIDADE ADE	BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994. CONTER, M. H. C. Psicomotricidade e Educação Pré-Escolar. Psico, Porto Alegre, v. 24, p. 91-100, jun.	COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Trad. Francisco F. Settineri; Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artmed, 1995. COSTE, J. C. A psicomotricidade. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. WAJSKOP, G. O brincar na educação infantil. Caderno de Pesquisa, São Paulo, nº 92, p. 62-69, fev, 1995.



RECREAÇÃO JOGOS	E	ALMEIDA, M. T. P. Jogos divertidos e brinquedos criativos. Petrópolis: Vozes, 2004. AWAD, H. Z. A. Brinque, jogue, cante e encante com a recreação: conteúdos de aplicação pedagógica teórico/prático. Jundiaí: Fontoura, 2004. MALUF, A. C. M. Brincar: prazer e aprendizado. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.	BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. SANTOS, V. L. B. Brincadeiras e conhecimento: do faz-de-conta à representação teatral. Porto Alegre: Meditação, 2002. PILLAR, A. D. Desenho e construção de conhecimento na criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
SAÚDE EDUCAÇÃO	E	BOFF, L. Saber cuidar. São Paulo: Vozes, 1999. BONETI, G.; KOSLOVSKI, N. Qualidade de vida e a profissão professor. Vizivali Rev. 2005; 4 (1):62-75. SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 2007.	BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde, Comitê Nacional de Ética em Pesquisa em Seres Humanos. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996: diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa envolvendo seres humanos [citado 2003 Mar 24]. Disponível em: < http://www.ufrgs.br/hcpa/gppg/res19696.htm >. CAPRA, F. O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. 19. ed. São Paulo: Cultrix; 1998. MONTEIRO, S.; VARGAS, E. Educação, comunicação e tecnologia educacional: interfaces com o campo da saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO		COSTA, M. C. C. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1987. HUBERMAN, L. História da riqueza do homem: do feudalismo ao século XXI. 18. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. MAFRA, L. de A.; TURA,	BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010. DURKHEIM, É. Regras do método sociológico. Lisboa: Presença, 1980. NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). Pierre Bourdieu - Escritos de educação. 11. ed. Petrópolis/RJ:



	M. de L. R. Sociologia para educadores. São Paulo: Quartet Editora, 2005. MARTINS, C. B. O que é sociologia. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. MEKSENAS, P. Sociologia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.	Vozes, 2010. PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. (org.). Educação e sociedade. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. WEBER, M. Economia e Sociedade. 3.ed. Brasília: UNB, 1994.
SUJEITO, SUBJETIVIDADE E PSICOLOGIA	GALVÃO, I. Cenas do cotidiano escolar: conflito sim, violência não. Petrópolis: Vozes, 2004. MORIN, E. A noção de sujeito. In: SCHNITMAN, D. F. (org.). Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 45-56. OLIVEIRA, M. K.; REGO, T. C. & SOUZA, D. T. R. Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002.	SALVADOR, C. C. et al. A influência educativa dos meios de comunicação: o caso da televisão. In: _____. Psicologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas. Sul, 1999. VYGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001. VYGOTSKY, L. S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone; Editora da USP, 1988.
TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO	BELLONI, M. L.. O que é Mídia-Educação, 2. ed, Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005. COLL, C.; MONEREO, C. (org.). Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as Tecnologias da Informação e da Comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. LEVY, P. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1997. MORAN, J. M; MASETTO, M; BEHRENS, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. São Paulo,	ALMEIDA, F. J; ALMEIDA, M. E. B. Aprender Construindo. Coleção: Informática para a mudança na Educação. Brasília: Secretaria de Educação a Distância – SEED/ ProinfoMinistério da Educação, 1999. BELLONI, M. L. O uso das TIC como elo motivacional entre crianças e ensino-aprendizagem. II Seminário ATTID, acessibilidade, Tle inclusão digital. São Paulo: São Paulo, 2003. BELLONI, M. L; GOMES, G. N. Infância, mídias e aprendizagem: autodidaxia e colaboração. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 104 - p. 717-746, out. 2008.



	Papirus, 2006. VALENTE, J. A. Formação de professores: diferentes abordagens pedagógicas. In: VALENTE, J. A. (Org.). O computador na sociedade do conhecimento. Campinas: Unicamp-NIED, 1999.	KENSKI, V. O que são tecnologias? Como convivemos com as tecnologias? In: Tecnologias e Ensino: presencial e à distância. Campinas: Papirus, 2003. MORAN, J. M. Integração de diversas mídias: impressas, eletrônicas e digitais. Debate: Mídias na Educação. Boletim 24. Novembro e dezembro/2006.
TÓPICOS EDUCACIONAIS EM EDUCAÇÃO E IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL	BRASIL. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. MEC/SECAD. Brasília: 2006. CAVALLEIRO, E. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e Discriminação na educação infantil. SP: Contexto, 2000. LOPES, D. H. (org.). Desigualdades e preconceitos: reflexões sobre relações étnico-raciais e de gênero na contemporaneidade. Campo Grande: UFMS, 2012. LUCIANO, G. dos S. (org.). O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/LACED/Museu Nacional, 2006.	CASTRO, M. G.; ABRAMOWAY, M.. Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília: UNESCO, 2006. MUNANGA, K. (org.). Superando o racismo na escola. Brasília: MEC, 2005. ROMÃO, J. (org.). História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília: MEC/UNESCO, 2005. SILVA, T. T. Alienígenas na sala de aula. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	ANDRÉ, M. Etnografia da prática escolar. 3. ed. Campinas: Papirus, 1999. DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1992.	LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia Científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000. TRINDADE, V.; FAZENDA, I.;



	LUDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.	LINHARES, C. Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional. Campo Grande: Editora da UFMS, 1999.
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação – Referenciais – Elaboração. Rio de Janeiro, 2000. LUDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.	ANDRÉ, M. Etnografia da prática escolar. 3. ed. Campinas: Papirus, 1999. DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1992. TRINDADE, V.; FAZENDA, I.; LINHARES, C. Os lugares dos sujeitos na pesquisa educacional. Campo Grande: Editora da UFMS, 1999.
TRABALHO E EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS NÃO-ESCOLARES	ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000. GOHN, M. G. Educação não-formal e cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. LIBANEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR. SCHMITZ, T. (et.al). Pedagogia e Ambientes não escolares. Curitiba-PR: InterSaberes, 2013. (Série Gestão Educacional). MARQUES, M. O. A formação do profissional da educação. 5. ed. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2006.	ALMEIDA, M. G. de. Pedagogia empresarial: saberes, práticas e referências. Rio de Janeiro: Brasport, 2006. MACHADO, E. M. Pedagogia social no Brasil: políticas, teorias e práticas em construção. In: Anais IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. PUCPR, Out. 2009. MARINHO, J. A.; CAMARGO, N. L. Gestão do conhecimento: o papel do pedagogo nas Organizações empresariais. Revista científica eletrônica de Pedagogia. Ano VI – Número 11 – Janeiro de 2008 – Periódicos Semestral. MATOS, E. L. M. Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. LOPES, I. (org). Pedagogia Empresarial: formas e contextos de atuação. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007.



7.7. Política de implantação da nova matriz curricular

A nova matriz curricular será implantada em 2017/1, considerando que todos os alunos migrarão para a nova estrutura e terão elaborados seus respectivos Planos de Estudo com base na matriz de equivalências construída, atendendo-se ao disposto na Resolução nº 269, de 1º de agosto de 2013 da UFMS.

8. Políticas

8.1. Capacitação do corpo docente

A UFMS oferece a oportunidade de os docentes serem capacitados para a docência, ofertando formação em serviço para as seguintes áreas:

- a. Metodologias do Ensino Superior;
- b. Formação para Coordenadores de Curso;
- c. Educação e Pessoas com Deficiência;
- d. Novas Mídias e Tecnologias na Educação.

8.2. Inclusão de pessoas com deficiência

Para a inclusão de pessoas com deficiência, o CPNV recebeu adequações arquitetônicas para possibilitar condições de acessibilidade, com a implantação de rotas específicas para pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida e pessoas cegas. Nesses termos, houve instalação de rampas com corrimão para acesso aos ambientes do prédio, piso tátil, adequação de sanitários, além da instalação de placas com identificação dos espaços institucionais, em contraste, tendo as respectivas inscrições apresentadas em língua portuguesa escrita, em braille e em alfabeto datilológico. Tais adequações arquitetônicas no CPNV, que ainda carecem de ser ampliadas, fazem parte da política institucional de acessibilidade da UFMS, a qual segue em curso, de acordo com as demandas que emergem no cotidiano institucional.

No que tange aos aspectos pedagógicos, o curso de Licenciatura em Pedagogia prevê flexibilização e adequação curriculares quando se trata do processo de ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência ou outras necessidades educacionais específicas, nas diversas disciplinas e atividades acadêmicas do curso em que tais práticas se fizerem necessárias, além de se dispor,



no campus, de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), especificamente para atendimento a estudantes e/ou professores surdos.

Nos aspectos atitudinais, busca-se garantir um espaço institucional inclusivo e dialógico no âmbito do curso de Pedagogia, contando-se com apoio da Comissão Permanente de Apoio e Assistência Acadêmica (CPAC) e da Secretaria de Apoio Pedagógico (SAP) do CPNV, que têm atuado junto com a coordenação de curso para apoiar os docentes e estudantes nesse processo de inclusão educacional.

Conforme a necessidade, conta-se, ainda, com apoio especializado da Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (DIAF), localizada em Campo Grande/MS, vinculada à Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (Preae/UFMS), que disponibiliza o serviço de atendimento psicoeducacional aos acadêmicos regularmente matriculados na UFMS, em qualquer um de seus *campi*, bem como promove ações de apoio à inclusão universitária dos estudantes com deficiência ou outras necessidades educacionais específicas por meio de ações do Laboratório de Educação Especial (LEE/UFMS), também em Campo Grande/MS.

8.3. Inclusão de cotistas

Os cotistas terão um acompanhamento específico por parte da Coordenação de Curso ao longo do primeiro ano. Este acompanhamento inclui o monitoramento de seu desempenho acadêmico (como dos demais alunos), buscando identificar cedo possíveis déficits de aprendizagem que os estejam impedindo de prosseguir seus estudos de forma adequada. Outras necessidades de natureza econômica ou social serão monitoradas em trabalho conjunto com a Preae.

8.4. Atendimento aos requisitos legais e normativos: relações étnico-raciais, direitos humanos e educação ambiental

O desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico contempla em seus diferentes níveis (matriz, ementa, metodologias e estratégias de ensino) o atendimento às temáticas. Como característica essencial dos projetos, o PPC do Curso de Licenciatura em Pedagogia do CNPV incorpora de forma ampla e específica as relações étnico-raciais, de direitos humanos e de educação ambiental. Tal perspectiva se dá a partir do atendimento as diretrizes curriculares nacionais, da



criação de componentes curriculares específicos e ementas e estratégias de ensino que contemplem essas temáticas.

Algumas disciplinas obrigatórias do Curso como “Educação, Saúde e Meio Ambiente”, “Tópicos Educacionais em Educação e Igualdade Étnico-Racial” e ainda “Educação, Inclusão e Diversidade” abordam de maneira mais específica situações inerentes às relações étnico-raciais, direitos humanos e educação ambiental, atendendo assim aos requisitos legais e normativos.

9. Sistema de avaliação

9.1. Sistema de avaliação do processo formativo

Fundamentada na Lei nº 10.861, de 14.04.2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que visa promover a avaliação das instituições, de cursos e de desempenho dos acadêmicos (ENADE), a UFMS organiza instrumentos de avaliação. A UFMS possui Comissão Própria de Avaliação (CPA), em âmbito institucional que, juntamente com a Comissão de Avaliação Setorial constituída no CPNV, com o Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante do Curso, são os responsáveis pela avaliação do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

A avaliação ocorrerá com a aplicação de questionários à comunidade acadêmica do CPNV, pela análise dos indicadores estruturais e da infraestrutura de condições de oferta do curso e pela análise de avaliações externas. Cabe aos órgãos colegiados (colegiado de curso e NDE) do curso de Pedagogia verificar se avaliações dos docentes estão em consonância com as estratégias de ensino e os conteúdos e se há uniformidade dos processos avaliativos nas diferentes disciplinas que compõe o curso.

9.2. Sistema de autoavaliação do curso

O CPNV tem a CPA, que discute com a comunidade acadêmica, bem como aplica e analisa os dados de avaliação dos cursos de graduação (em todos os seus aspectos). De forma complementar e integrada, o Colegiado de Curso do Curso de Pedagogia/CPNV promoverá periodicamente autoavaliação do curso por meio de questionário a ser aplicado aos acadêmicos e professores visando o acompanhamento do nível de qualidade, de satisfação e autorrealização da comunidade envolvida com o curso, podendo assim, redirecionar ações, se necessárias, para atingir os objetivos anteriormente fixados.

Coordenadoria dos Órgãos Colegiados



Além disso, a Coordenação e/ou o Colegiado de curso realizarão reuniões periódicas com o corpo docente e representação discente, visando analisar eventuais problemas e indicar soluções. No que se refere especificamente à avaliação da aprendizagem, se preservará o princípio da liberdade pedagógica do professor, compatibilizando-a com a legislação vigente no âmbito da UFMS e com as estratégias estabelecidas no PPC do curso. Esse processo todo será desenvolvido em parceria com o NDE.

9.3. Participação do corpo discente na avaliação do curso

O corpo discente participa do processo de avaliação do Curso de Pedagogia a partir do preenchimento do instrumento avaliativo (questionário) desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), em questionário específico da CPA direcionado aos discentes.

O CPNV promoverá mecanismos específicos para o estímulo e participação dos acadêmicos nas atividades de avaliação dos seus cursos de graduação. Fazem parte dessas ações de estímulo o cumprimento de parte da carga horária de atividades complementares, regulamentado por Regimento, participação em reuniões específicas para avaliação e discussão do curso, bem como discussões informais.

O Colegiado de Curso é responsável pela divulgação do endereço eletrônico e pela sensibilização, junto aos acadêmicos, para que estes façam a sua avaliação. Além disso, os docentes e a direção estão sempre atentos para ouvir suas sugestões, dúvidas e reclamações.

9.4. Projeto institucional de monitoramento e avaliação do curso

A UFMS, além da Comissão Própria de Avaliação, está em processo de implantação do Sistema de Avaliação do Ensino de Graduação (SAEG). Este sistema coleta dados produzidos pela CPA, dados provenientes da avaliação externa e dados estruturais do ensino de graduação em todas as Unidades da instituição. A partir destes dados, são gerados indicadores globais, por Unidade e por curso que auxiliarão o processo de gestão acadêmica dos cursos na instituição.

10. Atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação

10.1. Atividades Orientadas de Ensino (quando houver)



Não há atividades orientadas de ensino.

10.2. Atividades complementares

Em atendimento à legislação, o curso prevê o cumprimento de 200 horas em Atividades Complementares. O Regulamento destas Atividades está em apêndice ao presente Projeto Pedagógico de Curso (Apêndice 01).

10.3 Atividades de Extensão

O curso promove diversas atividades de extensão, visando a enriquecer a formação inicial dos acadêmicos e permitir que se aprofundem em temas de seu interesse, além de atender, assim, às demandas postas pela comunidade local no que tange à educação, em especial na formação inicial e continuada de docentes.

10.4. Atividades Obrigatórias (específico para cursos da EAD)

Não se aplica

10.5. Estágio Obrigatório (quando houver) e Não Obrigatório

O Estágio Obrigatório no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus de Naviraí (CPNV), está previsto nas disciplinas de Estágio Obrigatório em Educação Infantil I, Estágio Obrigatório em Educação Infantil II, Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I, Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II, além do estágio ofertado no Núcleo de Aprofundamento, no âmbito do qual os discentes podem optar por cursar Estágio Obrigatório em Gestão Escolar ou Estágio Obrigatório em Trabalho e Educação, totalizando uma carga horária de 442 horas para o desenvolvimento dos estágios. O curso dispõe de regulamento próprio que detalha a realização dos estágios, conforme apêndice 02.

Desse modo, o estágio é uma atividade curricular obrigatória para o curso, devendo considerar a legislação nacional, os regulamentos de estágio da UFMS, o Projeto Pedagógico do Curso e do Plano de Atividades de Estágio previsto pela Comissão de Estágio (COE). Busca-se promover um envolvimento contínuo entre o professor responsável pelas disciplinas de Estágio Obrigatório, o profissional responsável pelo estagiário na instituição na qual ele irá estagiar e o



próprio acadêmico, visando, entre outros objetivos, à construção e concretização do conhecimento na prática profissional.

10.6. Natureza do Estágio

Semidireto

10.7. Participação do corpo discente nas atividades acadêmicas

São várias as atividades possíveis aos acadêmicos, dentre as quais destacamos:

- a. Organização e participação na Jornada de Educação do Curso de Pedagogia da UFMS/CPNV;
- b. Participação no projeto Pibid;
- c. Participação em Projetos de Extensão;
- d. Participação em Projetos de Ensino;
- e. Bolsas de iniciação científica em projetos de pesquisa ligados às temáticas pesquisadas pelos docentes do curso;
- f. Participação em Grupos de Estudo e Pesquisa institucionais;
- g. Tutoria de bolsas permanência;
- h. Participação no Programa de Educação Tutorial (PET);
- i. Monitoria de ensino de graduação;
- j. Participação em eventos científicos.

10.8. Prática de ensino (específico para os cursos de Medicina);

Não se aplica.

10.9. Prática de ensino na área de saúde (específico para os cursos da área de saúde, exceto Medicina)

Não se aplica.



10.10 Prática de ensino como componente curricular (específico para os cursos de licenciatura)

A prática de Ensino se encontra distribuída ao longo das disciplinas do curso, conforme disposto no Quadro 02.

10.11 Trabalho de Conclusão de Curso (quando houver)

Há exigência do Trabalho de Conclusão de Curso, conforme regulamento no apêndice 03.

11 Desenvolvimento de materiais pedagógicos (obrigatório para cursos na EaD)

Não se Aplica.

12. Infraestrutura necessária ao curso

O curso de Licenciatura em Pedagogia do CPNV dispõe da infraestrutura necessária, que envolve:

- 1) Conjuntos de salas de aula;
- 2) Laboratório de informática para o desenvolvimento de atividades das disciplinas do curso e pesquisa;
- 3) Salas de apoio ao atendimento ao discente;
- 4) Dependências Administrativas;
- 5) Equipamentos para produção audiovisual;
- 6) Biblioteca com espaço reservado para estudos individuais;
- 7) Salas para PIBID/PET;
- 8) Brinquedoteca;
- 9) Laboratório de Ensino;
- 10) Cantina; e
- 11) Espaço para lazer.

13. Plano de incorporação dos avanços tecnológicos ao ensino de graduação

A incorporação dos avanços tecnológicos deve ocorrer na medida do desenvolvimento do curso e deve ser objeto constante de discussão com a comunidade acadêmica e professores do Curso, envolvendo material didático-pedagógico e os principais avanços tecnológicos na área de

Coordenadoria dos Órgãos Colegiados



Tecnologia de Informação e da Comunicação ou outras Tecnologias Sociais. O curso conta com laboratório de informática, Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) e recursos e mídia que já são disponibilizados no Câmpus, além das ampliações necessárias.

A incorporação dos avanços tecnológicos deve ocorrer a partir do planejamento que deve ser suportado por três eixos: 1) Pelo plano de capacitação dos servidores docentes e técnico-administrativos para o uso de novas tecnologias no ensino; 2). Renovação dos equipamentos; 3) Disponibilização de tutoriais on-line para capacitação em serviço de docentes e servidores técnico-administrativos no uso de novas tecnologias.

14. Considerações finais

O Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Pedagogia contempla todos os aspectos julgados relevantes no presente contexto educacional. É um projeto concebido a partir da concepção do ser humano como uma totalidade historicamente construída. Seres humanos não nascem prontos, mas se desenvolvem em interação com outros seres humanos em um espaço intersubjetivo no qual a construção de significados se dá pela internalização de significados socialmente construídos e sua interação com a história particular daquele sujeito que constrói significados.

Também permeia o presente projeto a ideia de que a construção de significados não acontece em um único momento, mas acontece pela retomada dos mesmos conceitos, ideias ou princípios em diferentes contextos formativos. Assim, o desenvolvimento das capacidades para a docência se dá em todos os momentos do curso, de forma interdisciplinar e transversal. Neste sentido, incorporamos a ideia de isomorfismo entre o espaço da formação e o espaço profissional, buscando aproximar as metodologias e procedimentos de ensino ao que se espera que o futuro pedagogo desenvolva no espaço profissional, seja este no âmbito escolar ou mesmo não escolar.

15. Referências



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Perfil dos municípios (matrículas, docentes e rede escolar), 2016.

FAZENDA, Ivani. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1996.



16. Anexo

16.1 Anexo 01

RESOLUÇÃO Nº 167, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010.

O CONSELHO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Aprovar o **Regulamento do Núcleo Docente Estruturante - NDE**, dos Cursos de Graduação, presenciais, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nos termos do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE MONGELLI,
Presidente.



Anexo da Resolução nº 167, Coeg, de 24 de novembro de 2010.

REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

Capítulo I

Da Finalidade

Art. 1º O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação, presenciais, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Art.2º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) tem por objetivo atuar no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

Capítulo II

Da Constituição do Núcleo Docente Estruturante

Art. 3º Cada curso deverá ter um Núcleo Docente Estruturante, e será composto: I - pelo Presidente do Colegiado de Curso, que presidirá o Núcleo; e

II - por pelo menos quatro docentes pertencentes à Carreira do Magistério Superior da UFMS, que ministram aula no curso.

§ 1º Preferencialmente, docentes que tenham participado do Projeto Pedagógico do respectivo curso, desde a sua implantação.

§ 2º Para os cursos de tecnologia, 50% (cinquenta por cento) dos docentes, preferencialmente, que tenham experiência profissional fora do magistério.

§ 3º Para os cursos cujo quadro ainda seja insuficiente, poderão participar docentes de cursos homônimos ou afins, nesta ordem de preferência.

Art. 4º O Diretor de Centro/Câmpus ou Faculdade será responsável pela constituição do NDE, por meio de Instrução de Serviço, que terá um mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400





Capítulo III

Das Atribuições do Núcleo Docente Estruturante

Art. 5º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

- I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; e
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Capítulo IV

Das Atribuições do Presidente do NDE

- Art. 6º Compete ao presidente do Núcleo: I - convocar e coordenar as reuniões;
- II - representar o NDE junto aos órgãos da instituição; e
- III - encaminhar as decisões do NDE ao Colegiado de Curso.

Capítulo V Das Reuniões

Art. 7º O Núcleo reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu presidente, duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado ou pela maioria de seus membros.

Art. 8º As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos, considerados os presentes na reunião.

Art. 9º Todas as reuniões deverão ser lavradas em ata, para efeito de acompanhamento e histórico das ações do Núcleo.

Capítulo VI

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400





Das Disposições Gerais

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso ou Congregação, de acordo com sua competência.

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400





17. Apêndices

17.1 Apêndice 01

RESOLUÇÃO Nº 38, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016.

O COLEGIADO DE CURSO, DO CURSO DE PEDAGOGIA, DO CÂMPUS DE NAVIRAÍ da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve:

1- Aprovar o Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Pedagogia, anexo a esta Resolução, e revogar as disposições em contrário.

2- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

KLINGER TEODORO CIRÍACO,
Presidente.



ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 38, 13 DE SETEMBRO DE 2016

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CÂMPUS DE NAVIRAÍ

As Atividades Complementares fazem parte da grade curricular de ensino do curso de Pedagogia, Câmpus de Naviraí (CPNV) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Este Regulamento rege que:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 1º As Atividades Complementares visam enriquecer a formação pedagógica e consequentemente o currículo dos graduandos.

Parágrafo único. As Atividades Complementares, previstas neste artigo, serão reconhecidas e registradas pelo quantitativo de horas exigidas expressas no projeto pedagógico do curso e o estabelecido na Resolução referente.

Art. 2º A carga horária das Atividades Complementares será fixada conforme o projeto pedagógico de curso do Curso de Pedagogia (200 horas).

Art. 3º As Atividades Complementares constituem um conjunto que abrange:

I- Disciplinas cursadas como enriquecimento curricular no curso de Pedagogia e/ou em outros cursos da UFMS e de outras instituições de ensino reconhecidas pelo MEC durante o período utilizado para a integralização da referida graduação, com apresentação de declaração da Instituição de Ensino Superior;

II- Disciplinas optativas oferecidas pelo curso de Pedagogia, de livre escolha do graduando e que tenha ultrapassado a carga horária exigida para integralização curricular desse curso, com apresentação de declaração da secretaria acadêmica;

III- Estágios não obrigatórios (estágio cumprido fora do estágio obrigatório do curso, remunerado ou não, com apresentação de plano de trabalho);

IV- Iniciação científica (bolsista ou voluntário em projetos de pesquisa com duração mínima de 1 ano), com apresentação de declaração do órgão responsável;

V- Iniciação à docência (bolsista ou voluntário em projetos institucionais com duração mínima de 1 ano), com apresentação de declaração do órgão responsável;

VI- Monitoria de Ensino: remunerada ou voluntária com declaração do profissional responsável;

VII- Participação em Programa de Educação Tutorial (bolsista ou voluntário com duração mínima de 1 ano);

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400





VIII- Integrantes de projetos de extensão (bolsistas ou voluntários com declaração do responsável);

IX- Produção de material pedagógico (válido com a declaração do professor responsável pela produção do mesmo e doado ao Câmpus);

X- Publicação de artigos e/ou resenhas da área educacional em revistas/periódicos e/ou publicação de capítulos de livros, com apresentação da publicação constando o título do periódico, ano, sumário e páginas iniciais e finais do trabalho;

XI- Publicação de trabalhos científicos completos em Anais de Eventos vinculados à área educacional, com apresentação da publicação constando o título do evento, ano, sumário e páginas iniciais e finais do trabalho;

XII- Publicação de resumos simples em Anais de Eventos vinculados diretamente à área educacional, com apresentação da publicação constando o título do evento, ano, sumário e páginas iniciais e finais do trabalho;

XIII- Publicação de resumos expandidos em Anais de Eventos vinculados diretamente à área educacional, com apresentação da publicação constando o título do evento, ano, sumário e páginas iniciais e finais do trabalho;

XIV- Publicação de resenhas, sinopses e reportagens em jornais e revistas de circulação local, regional ou nacional, de conteúdo relevante para a área educacional, com apresentação da publicação no referido meio de comunicação;

XV- Apresentação de trabalhos, artigos científicos em encontros e congressos referentes à educação e/ou áreas afins, com apresentação do certificado;

XVI- Participação em seminários, eventos, palestras, congressos, encontros, fóruns e/ou semanas de estudos referentes à educação, com apresentação de certificado;

XVII- Participação em Grupo de Estudos e/ou de Pesquisa cadastrado e ativo no diretório de grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com declaração do(s) líder(es) do respectivo grupo;

XVIII- Colaboração em projetos de ensino oferecidos pela UFMS na área de educação e/ou áreas afins, com declaração do professor responsável;

XIX- Participação na Atividade Resposta ao Questionário do estudante da Comissão Própria de Avaliação da UFMS do curso de Pedagogia, mediante apresentação do comprovante do Siscad;

XX- Participação em cursos, minicursos ou oficinas relacionadas à educação com carga horária mínima de 04 horas, com apresentação de declaração ou certificado.

Art. 4º Não serão aceitas, para esta finalidade, as solicitações de aproveitamento de estudos realizados anteriormente em outro curso superior de graduação, cursados no Brasil ou no exterior, mesmo que reconhecidos pelo órgão competente.

Art. 5º O período de início e término de realização das Atividades Complementares será compatível com o tempo em que o graduando empregar para integralizar o curso de Pedagogia.

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400





Art. 6º Somente poderá se matricular nas Atividades Complementares o acadêmico que estiver apto a ingressar no último semestre do Curso de Pedagogia, considerando o número mínimo e máximo de semestres nos quais o acadêmico pode integralizar o referido curso, de acordo com a legislação vigente e o respectivo projeto pedagógico.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO PROFESSOR

Art. 7º Compete ao professor responsável pelas Atividades Complementares: acompanhamento, sugestões, orientações, cobrança, recebimentos dos comprovantes de realização das referidas atividades, lançamentos das mesmas no diário de classe e elaboração da ata final, onde deverão constar os aprovados e os reprovados.

Parágrafo único: O professor responsável pelas Atividades Complementares fará o acompanhamento das horas cumpridas pelos acadêmicos em formulário próprio anexo ao regulamento.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DO ACADÊMICO

Art. 8º Compete ao acadêmico matriculado em Atividades Complementares:

I- Apresentar os documentos que comprovem a realização das Atividades Complementares ao professor responsável para o acompanhamento das mesmas no decorrer do referido semestre letivo, conforme data estabelecida pelo professor responsável pelo acompanhamento das mesmas.

II- Apresentar um conjunto de, no mínimo, 04 (quatro) atividades distintas para integralizar o total da carga horária exigida na estrutura curricular do curso.

Art. 9º A realização das Atividades Complementares é de responsabilidade exclusiva do graduando.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO

Art. 10. Ao aluno concluinte das Atividades Complementares não será atribuído nota, mas apenas o resultado final de aprovado ou reprovado, a ser consignado em seu histórico escolar.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. Casos omissos nesta norma deverão ser encaminhados ao Colegiado do Curso de Pedagogia.



FORMULÁRIO DE CONTROLE DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Câmpus Naviraí

COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA - 2016

Acadêmico(a): _____ RGA.: _____	
Curso: PEDAGOGIA _____ 8º Semestre: _____	
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	RESPONSÁVEL
I. Disciplinas cursadas como enriquecimento curricular. Cada disciplina: 10h Teto: 20h	
II. Disciplinas optativas, além das previstas para integralização curricular. Cada disciplina: 10h Teto: 20h	
III. Estágio não-obrigatório: remunerado ou não. Por ano: 20h Teto: 40h	
IV. Iniciação Científica (mínimo de 1 ano). Por ano: 20h Teto: 40h	
V. Iniciação à Docência (mínimo de 1 ano). Por ano: 20h Teto: 40h	
VI. Programa de Educação Tutorial (mínimo de 1 ano). Por ano: 20h Teto: 40h	
VII. Monitoria de Ensino: remunerada ou voluntária. Por ano: 10h Teto: 20h	
VIII. Integrantes de projetos de extensão: bolsista ou voluntário Por ano: 20h Teto: 40h	
IX. Produção de material pedagógico e apresentação de declaração do professor responsável e doação à instituição Por produção: 05h Teto: 10h	
X. Publicação de artigos e/ou resenhas da área educacional em revistas/periódicos e/ou publicação de capítulos de livros Por publicação: 20h Teto: 40h	
XI. Publicação de trabalhos científicos completos em Anais de Eventos vinculados à área educacional	

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400





Por publicação: 10h	Teto: 20h	
XII. Publicação de resumos simples em Anais de Eventos vinculados etamente à área educacional. Por publicação: 2,5h	Teto: 05h	
XIII - Publicação de resumos expandido em Anais de Eventos vinculados diretamente à área educacional. Por publicação: 05h	Teto: 10h	
XIV. Publicação de resenhas, sinopses e reportagens em jornais e revistas de circulação local, regional e nacional. Por publicação: 05h	Teto: 10h	
XV. Apresentação de trabalhos, artigos científicos em encontros e congressos referentes à educação e/ou áreas afins. Por publicação: 10h	Teto: 20h	
XVI. Participação em seminários, eventos, palestras, congressos, encontros, fóruns e/ou semanas de estudos referentes à educação e/ou áreas afins. Por evento: 20h	Teto: 40h	
XVII. Participação em Grupo de Estudos e/ou de Pesquisa cadastrados e ativos no CNPQ. Por ano: 20h	Teto: 40h	
XVIII. Colaboração em projetos de ensino e/ou extensão oferecidos pela UFMS na área de educação e/ou áreas afins. Por projeto: 10h	Teto: 20h	
XIX. Participação na atividade Resposta ao Questionário do estudante da Comissão Própria de Avaliação da UFMS do curso de Pedagogia mediante apresentação de comprovante do Siscad. Por semestre: 2h30min	Teto: 20h	
XX. Participação em cursos, minicursos e oficinas relacionados à educação. Carga horária mínima: 4h	Teto: 8h	

Sugiro: Parecer do professor responsável: AP ou RP

Carga horária: Comtempla 4 modalidades:

Data e assinatura do professor responsável e aluno:

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400





17. 2 Apêndice 02

RESOLUÇÃO Nº 39, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016.

O COLEGIADO DE CURSO, DO CURSO DE PEDAGOGIA, DO CÂMPUS DE NAVIRAÍ da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve:

1- Aprovar o Regulamento de Estágio Obrigatório do Curso de Pedagogia, anexo a esta Resolução, e revogar as disposições em contrário.

2- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

KLINGER TEODORO CIRÍACO,
Presidente.

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400





ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 39/2016 , 13 DE SETEMBRO DE 2016.

REGULAMENTO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE PEDAGOGIA – CPNV

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, entre outros movimentos no cenário da formação inicial de professores no Brasil, deflagrou um franco processo de reflexão sobre a formação de professores no âmbito dos Cursos de Licenciatura. Para além dos chamados Currículos Mínimos, fixados até então pelo Conselho Federal de Educação, a LDB vigente instituiu o período de construção das hoje conhecidas Diretrizes Curriculares Nacionais. As licenciaturas são o único grupo de cursos de graduação que possuem uma Diretriz conjunta combinada às Diretrizes de cada curso.

No ano de 2006, o curso de Licenciatura em Pedagogia teve publicado as suas Diretrizes Curriculares Nacionais, que apontando para o fim das habilitações elegeu como foco central a formação do pedagogo docente.

Neste cenário, o Curso de Pedagogia instituiu a formação docente combinada com os aprofundamentos em Gestão Escolar e em Trabalho e Educação. Assim, este regulamento estabelece os princípios para a execução dos estágios nas áreas supracitadas com base na concepção de que o estágio é uma atividade formativa de alta complexidade.

O estágio é uma oportunidade para os acadêmicos direcionarem suas carreiras, além de agregar conhecimento, provê ao estagiário a vivência no mercado de trabalho e, de certa forma, proporciona uma experiência antecipada do que será seu futuro profissional. O estagiário “aprende a fazer fazendo”, a partir do momento que é exposto a situações reais. Segundo Pimenta e Lima (2004, p.62), o “[...] estágio é o locus onde a identidade profissional é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejada gradativa e sistematicamente com essa finalidade”.

Esse “momento” do curso de formação inicial de professores denota a concepção de docência e profissionalidade dependendo da forma como está organizado e, em sua execução, permite saber qual paradigma de docência se elege neste processo formativo.

O estágio obrigatório do curso deve estar “[...] voltado para o atendimento à comunidade, o qual deverá proporcionar o engajamento do estagiário na realidade, para que possa perceber os desafios que a carreira do magistério lhe oferecerá e possa, assim, refletir maduramente sobre a profissão que vai assumir” (KULCSAR, 2007, p. 64). Ressalta-se que tal experiência deve ocorrer tanto em ambientes escolares quanto em não escolares.

Os estágios obrigatórios devem também integrar as dimensões do saber e do saber fazer buscando constituir o passo inicial de uma necessária autonomia pedagógica que dê conta da complexidade com a qual nos deparamos hoje nas organizações escolares e não escolares.

Assumimos então, que o estágio obrigatório não é sinônimo somente de prática, mas sim momento de reflexão teórica sobre a prática social da escola (na sala de aula e fora dela também) e enunciamos aqui os seus principais desafios:

- a) Inserir o estudante da licenciatura no universo do trabalho docente (cultura escolar);
- b) Propiciar o nascimento de uma profissionalidade que tem como requisito o hábito da reflexão crítica sobre a prática pedagógica a ser desenvolvida pelo próprio estudante;





- c) Articular o curso de licenciatura com a educação básica proporcionando a abertura de um canal de integração entre a universidade e a escola que tem como mote a prática pedagógica;
- d) Subsidiar a decisão do estudante da licenciatura em pedagogia com relação ao seu encaminhamento profissional assumindo a categoria do trabalho docente como núcleo central desse processo formativo;
- e) Ampliar a visão de educação para além dos espaços escolares, favorecendo a atuação profissional em outros âmbitos sociais.

A integralização da carga horária do estágio obrigatório incluirá as horas destinadas à orientação paralela, planejamento, execução e avaliação das atividades, realizadas sob responsabilidade do professor supervisor do local onde se realiza o estágio obrigatório e do professor orientador.

TÍTULO I

DA COMISSÃO DE ESTÁGIO DO CURSO DE PEDAGOGIA/ CPNV

CAPÍTULO I

Da COE

A Comissão de Estágio (COE) é responsável pela providência, junto aos Órgãos Superiores, dos convênios necessários para a plena execução do Estágio Obrigatório e segue as orientações da Resolução Coeg nº 107, de 16/06/2010 e Resolução Coeg nº 286 de 30/11/2012 que aprovam o Regulamento de Estágio para os acadêmicos de graduação da UFMS.

Art. 1º A Comissão de Estágio (COE) do curso de Pedagogia – Licenciatura/CPNV terá como objetivo planejar, coordenar e avaliar o estágio obrigatório relativo ao curso e terá a seguinte composição:

§ 1º A COE será composta pelo Coordenador do Curso, como membro nato; e por, no mínimo, três docentes do curso de Pedagogia, pertencentes à Carreira do Magistério Superior da UFMS, do quadro permanente da Unidade Setorial Administrativa, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, com mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

§ 2º A COE deverá ter, em sua composição, representantes discentes, não excedendo 1/5 (um quinto) do total de membros docentes, indicado pelo órgão representativo estudantil, por período de um ano letivo, podendo haver uma recondução por igual período.

§ 3º A COE escolherá o seu presidente entre seus membros docentes, cuja designação deverá ser feita pelo Conselho de Centro/Câmpus ou Congregação respectivo, cujo mandato será correspondente à vigência do mandato da COE.

§ 4º Na ausência ou impedimentos do presidente, este deverá indicar um dos membros docentes para responder por suas atribuições;



§ 5º Ocorrendo a vacância do cargo de presidente, deverá ser eleito pela COE um novo presidente para complementação do mandato, nos prazos e formas previstos na legislação vigente.

§ 6º O presidente da COE, a partir dos cronogramas de estágio, realiza supervisão periódica das atividades desenvolvidas.

Art. 2º Compete à COE:

I – Elaborar o Regulamento de Estágio do curso e encaminhá-lo para aprovação do Conselho de Câmpus e posteriormente à PREG;

II - Acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades relacionadas ao estágio;

III - Identificar os campos de Estágio e fomentar a celebração de Acordos de Cooperação;

IV - Coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes aos estágios supervisionados;

V - Convocar, sempre que necessário, os Professores Orientadores de Estágio Obrigatório para discutir questões relativas ao planejamento, organização, funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágio obrigatório, para análise de critérios, métodos e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento;

VI - Arquivar os documentos referentes à realização do estágio obrigatório de cada acadêmico até que seja expedido seu diploma, conforme consta no artigo 45 inciso 8º da Resolução nº 107, COEG, de 16 de junho de 2010.

VII - Manter à disposição da PREG documentos atualizados e organizados que comprovem a realização do estágio obrigatório;

VIII - Elaborar as Fichas de Acompanhamento, Controle e Avaliação das atividades de estágio;

IX - Organizar e manter atualizado o cadastro das instituições escolares e não escolares que servirão como campo de estágio;

X - Distribuir os campos de estágio, grupos de estagiários e seus respectivos Professores Orientadores;

XI - Exigir do Professor Orientador os Relatórios Parciais e Finais de Atividades elaborados pelos acadêmicos;

XII - Manter à disposição da PREG documentos atualizados e organizados que comprovem a relação de estágio;

XIII - Emitir certificados referentes ao estágio.

XIV - Zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas para os estágios; e

XV - Comunicar à PREG qualquer irregularidade no desenvolvimento dos estágios.

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400





Art. 3º São atribuições do Presidente COE:

- I - Convocar reuniões e coordenar as atividades da COE;
- II - Convocar os Professores Orientadores, sempre que necessário;
- III - Solicitar à Direção do Centro/Câmpus ou Faculdade a disponibilização de transporte aos membros da COE, quando necessitar de verificação **in loco** das concedentes de estágio;
- IV - Delegar atribuições aos demais membros da COE;
- V - Aprovar o Plano de Atividades do Estagiário de acordo com a proposta pedagógica do curso, após concordância do Professor Orientador e do Supervisor de Estágio;

TÍTULO II

DO ESTÁGIO

CAPÍTULO I

Da Natureza e Objetivos do Estágio

Art. 4º O Estágio é componente curricular obrigatório e, para o início de sua realização, o acadêmico deve estar matriculado nas disciplinas de Estágio Obrigatório, que começam a ser oferecidas a partir do 4º semestre do curso de Pedagogia/CPNV.

Art. 5º O estágio obrigatório é inerente à formação dos futuros pedagogos, compreendendo todas as atividades que os alunos realizam junto às instituições escolares e não escolares, sob a orientação do professor orientador de estágio.

§ 1º O estágio obrigatório pressupõe atividades pedagógicas efetivadas em um ambiente institucional de trabalho e que se concretizam na relação estabelecida entre um docente experiente e o aluno estagiário, com a mediação de um professor orientador acadêmico;

§ 2º O estágio obrigatório referente ao Núcleo de Aprofundamento em Trabalho e Educação e em Gestão Escolar pressupõe a relação estabelecida entre um profissional da área da Educação ou afim e o aluno estagiário, com a mediação de um professor orientador acadêmico;

§ 3º O estágio obrigatório é uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades acadêmicas constantes da matriz curricular do curso e tem como finalidade propiciar ao aluno reflexão contextualizada por meio da vivência sistemática e intencional da prática educativa nos âmbitos escolares e não escolares.

Art. 6º São objetivos do Estágio Obrigatório:

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400





- I. Proporcionar uma experiência acadêmico-profissional que promova o desenvolvimento de competências que capacite o acadêmico a analisar situações didático-pedagógicas e propor mudanças no ambiente educacional;
- II. Criar oportunidades para que o aluno possa complementar o processo ensino-aprendizagem mediante o fortalecimento de suas potencialidades e o apoio ao aprimoramento profissional;
- III. Fortalecer o processo de integração do aluno e da própria Universidade com a realidade educacional e profissional, proporcionando ao estagiário contato com a organização e o funcionamento das instituições de ensino;
- IV. Possibilitar a reflexão sobre os aspectos multidisciplinares, éticos e legais inerentes ao exercício profissional;
- V. Estimular o desenvolvimento da criatividade, de modo a formar profissionais inovadores, capazes de aprimorar modelos, métodos, processos e de adotar tecnologias e metodologias alternativas;
- VI. Propiciar, numa dialética teórico-prática, o estudo e aperfeiçoamento de conteúdos curriculares exigidos pelos níveis de ensino propostos como formação do Curso de Pedagogia de forma crítica e reflexiva.
- VII. Oferecer condições de análise entre a perspectiva de formação para a gestão democrática e o diagnóstico relativo às dificuldades encontradas na escola, priorizando a vivência do trabalho coletivo.
- VIII. Oferecer condições de análise crítica no campo de Trabalho e Educação a partir das contradições entre as práticas educativas formais/não formais no mundo do trabalho;
- IX. Refletir sobre a prática à luz das teorias estudadas, propiciando o referencial teórico-prático necessário para que o futuro pedagogo desenvolva uma postura crítica sobre a educação e os processos educativos.

CAPÍTULO II

Da Organização do Estágio

Art. 7º A realização de estágio obrigatório deverá considerar os seguintes elementos:

- I - Número previsto de acadêmicos matriculados;
- II - Organização das turmas;
- III - Distribuição de turmas por prováveis Professores Orientadores;
- IV - Áreas de atuação; e
- V - Campos de estágio.

Parágrafo primeiro: O Estágio Obrigatório será realizado, preferencialmente, na cidade de Naviraí/MS, em escolas e instituições conveniadas com a UFMS.

Parágrafo segundo: No caso de estágio em outros municípios, o professor Orientador poderá contar com a colaboração dos membros do COE para a realização de visitas in loco.

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400





Art. 8º O cronograma de realização do estágio obrigatório deverá ser compatível com o calendário escolar do ano letivo da UFMS e das escolas e/ou instituições onde serão realizados os respectivos estágios obrigatórios.

Art. 9º O Estágio Obrigatório do Curso de Pedagogia – Licenciatura componente obrigatório do curso, terá uma carga horária de 442 horas, abrangendo a educação infantil, os anos iniciais do ensino fundamental e outras áreas específicas de exercício profissional, em ambientes escolares e não escolares, conforme o Projeto Pedagógico do curso.

Art. 10. As atividades referentes ao Estágio Obrigatório realizar-se-ão nas seguintes disciplinas:

I - Estágio Obrigatório em Educação Infantil I;

II - Estágio Obrigatório em Educação Infantil II;

III - Estágio Obrigatório nos anos iniciais do ensino fundamental I;

IV - Estágio Obrigatório nos anos iniciais do ensino fundamental II;

V - Estágio Obrigatório do Núcleo de Aprofundamento em Trabalho e Educação e em Gestão Escolar.

- a) A disciplina de Estágio Obrigatório em Educação Infantil I, com carga horária de 102 horas, será oferecida no 4º semestre do curso;
- b) A disciplina de Estágio Obrigatório em Educação Infantil II, com carga horária de 85 horas, será oferecida no 5º semestre do curso;
- c) A disciplina Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental I, com carga horária de 102 horas, será oferecida no 6º semestre do curso;
- d) A disciplina de Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental II, com carga horária de 85 horas, será oferecida no 7º semestre do curso;
- e) A disciplina de Estágio Obrigatório do Núcleo de Aprofundamento terá carga horária de 68 horas e será oferecida no 8º semestre do curso, devendo abranger uma área específica de exercício profissional: Estágio Obrigatório em Gestão Escolar ou Estágio Obrigatório em Trabalho e Educação, conforme a matriz curricular do curso.

Art. 11. O Estágio poderá ocorrer das seguintes formas, conforme consta no Projeto Pedagógico:

I – Observação/Coparticipação e Regência de caráter interventivo no ambiente da unidade concedente de estágio.

Parágrafo Único – Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 2, de 01/07/2015 os acadêmicos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter a redução da carga horária de estágio de até no máximo 100 (cem) horas, desde que apresentem documentação comprobatória.



CAPÍTULO III

Dos Professores Orientadores de Estágio e suas Atribuições

Art. 12. O professor responsável pelo estágio no curso de Pedagogia será denominado de Professor Orientador de Estágio.

Art. 13. A orientação de Estágio compreende o acompanhamento do acadêmico no decorrer de suas atividades de Estágio, de forma a permitir o melhor desempenho de ações definidas no Plano de Atividades do Estagiário.

Parágrafo único – Pode ser Professor Orientador de Estágio o docente do curso de Pedagogia, respeitando-se a área de formação, a experiência profissional e as peculiaridades do campo de trabalho em que se realiza o estágio.

Art. 14. A orientação de estágio deverá ser desenvolvida por meio de orientação direta, com observação contínua das atividades desenvolvidas nos campos de estágio ao longo de todo o processo, podendo ser complementada com visitas, entrevistas, reuniões e seminários.

Art. 15. São atribuições do Professor Orientador:

I - orientar os acadêmicos na escolha da área e campo de estágio;

II - participar de reuniões, quando convocado pela COE;

III - orientar a elaboração de Planos de Atividades do Estagiário;

IV – decidir sobre a forma de registro das atividades de estágio, bem como sobre o tipo de registro final (relatório, artigo, projeto, documentário, portfólios) a ser encaminhado pelo acadêmico dentro dos prazos estabelecidos em versão digitalizada e/ou midiática;

V - acompanhar, orientar e avaliar os estagiários;

VI - visitar o local de Estágio, esporadicamente, sem prévio aviso;

VII - exigir do estagiário os Relatórios Parciais e Finais de Atividades;

VIII - encaminhar à COE os Relatórios Finais, bem como o Termo de Compromisso, o Plano de Atividades, a Ficha Frequência e a Ficha Avaliativa em versão impressa ao final da realização do estágio;

IX - emitir relatório circunstanciado quando houver indício de desvirtuamento do estágio, e encaminhar à COE.

CAPÍTULO V

Dos Supervisores de Estágio e suas Atribuições

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400





Art. 16. O profissional das instituições escolares e não escolares que receberá, acompanhará e orientará os alunos estagiários será denominado de Professor Supervisor de Estágio.

Art. 17. A supervisão de estágio compreende o acompanhamento direto do acadêmico na prática de suas atividades no local do estágio, durante o período integral de sua realização.

Parágrafo único - O Supervisor de Estágio deverá ter formação e/ou experiência profissional na área de Educação ou afins e ser previamente aprovado pela COE.

Art. 18. São atribuições do Supervisor de Estágio:

I - Inserir o aluno estagiário nas atividades de estágio, responsabilizando-se pela definição e organização das mesmas, durante o período que o aluno estiver sob sua responsabilidade;

II - Decidir, juntamente com o Professor Orientador de Estágio, sobre o tipo de atividade que os alunos deverão realizar durante o estágio;

III - Responsabilizar-se pelo processo de orientação do aluno estagiário durante o cumprimento do estágio;

IV - Participar das atividades avaliativas do aluno estagiário durante o período em que o mesmo estiver sob sua responsabilidade, emitindo parecer por escrito;

Art. 19. As atribuições de Orientação e Supervisão de Estágio serão acumuladas pelo Professor quando o Estágio acontecer na UFMS.

Art. 20. O Supervisor de Estágio e o Professor Orientador não poderão ser cônjuge, companheiro(a) ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, do estagiário.

CAPÍTULO VI

Do Acompanhamento e Avaliação do estágio

Art. 21. O acompanhamento das atividades realizadas pelo aluno estagiário será de responsabilidade do Professor Orientador de Estágio que procederá à orientação das mesmas no horário destinado à orientação de estágio no curso, devendo manter registros próprios de controle e participação dos alunos estagiários nessa atividade.

Art. 22. É obrigatória a frequência de, no mínimo, 75% nas atividades programadas para o estágio obrigatório, não sendo permitida, sob hipótese nenhuma, o abono de faltas da parte prática.

Art. 23. O acadêmico deverá preencher e entregar para o Professor Orientador os Relatórios Parciais e Final de Atividades nas datas estabelecidas pela COE, bem como as fichas de acompanhamento e avaliação do estágio obrigatório preenchidas pelo professor Supervisor.

Parágrafo Único: A ausência de Relatórios Parciais de Atividades inviabilizará o aproveitamento do Estágio Obrigatório, mesmo que o acadêmico venha a entregar o Relatório Final, acarretando a retenção do aluno estagiário.



Art. 24. Para fins de avaliação serão observados o mínimo de frequência, bem como o domínio de conhecimentos, de habilidades e atitudes, necessários ao desempenho da docência pelos alunos estagiários, não sendo permitida, sob hipótese nenhuma, o abono de faltas da parte prática.

Parágrafo Único – A avaliação do estágio obrigatório será realizada, exclusivamente, pela análise do conteúdo presente nos relatórios parciais e finais entregues pelos alunos estagiários, como também pela intervenção realizada no ambiente de estágio que deverá ser acompanhada, de forma direta, pelo professor Orientador.

Art. 25. O resultado final da avaliação referente às disciplinas de estágio será emitido através de um dos conceitos finais: aprovado ou reprovado.

CAPÍTULO VIII

Do Aluno-professor e do Aluno-trabalhador da Educação

Art. 26. Entende-se por aluno-professor o acadêmico do curso de Pedagogia que desenvolve atividades de docência em escolas de Educação Básica, com vínculo empregatício.

Parágrafo Único - O aluno-professor deverá fazer seu estágio, preferencialmente, em estabelecimento de ensino diferente do seu local de trabalho.

Art. 26. Entende-se por aluno-trabalhador da educação o acadêmico que desenvolve atividade profissional na área da educação em creches, pré-escolas e escolas da educação básica.

Parágrafo Único – Em atendimento à Resolução CNE/CP nº 2, de 01/07/2015 os acadêmicos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter a redução da carga horária de estágio de até no máximo 100 (cem) horas, desde que apresentem documentação comprobatória.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Comissão de Orientação de Estágio - COE do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura.



17.3 Apêndice 03

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 10 DE MAIO DE 2016.

O COLEGIADO DE CURSO, DO CURSO DE PEDAGOGIA do Câmpus de Naviraí da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais resolve:

1- Aprovar o Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia do Câmpus de Naviraí, anexo a esta Resolução.

2- Esta Resolução entra em vigor nesta data e revogam-se as disposições em contrário.

GIOVANI FERREIRA BEZERRA, Presidente.

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400





ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 20 DE 10 DE MAIO DE 2016.

**REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PEDAGOGIA/CPNV**

Título I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º O presente regulamento normatiza as atividades e os procedimentos relacionados ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no âmbito do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus de Naviraí (CPNV).

Art. 2º O TCC consiste em uma pesquisa individual visando ao aprofundamento de temáticas pertinentes à área de estudo, no âmbito do Curso de Pedagogia do CPNV, sob a orientação de um professor. Este Trabalho deverá envolver uma investigação científica mediante revisão de literatura e/ou pesquisa de campo culminando em Artigo Científico contendo de 15 a 25 páginas.

Parágrafo Único. O TCC, constante da estrutura curricular do Curso de Pedagogia é condição *sine qua non* e parte dos requisitos para obtenção do grau e do diploma de Pedagogia.

Art. 3º O objetivo geral do TCC é proporcionar aos alunos a oportunidade de demonstrar a vivência e o aproveitamento do Curso, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, a consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação em sua área de formação profissional.

Capítulo I Das Finalidades

Art. 4º O TCC tem por finalidade garantir ao aluno o aprofundamento de seus estudos em temática educacional de seu interesse, além de objetivar, ainda, despertar o interesse pela pesquisa, com base na articulação teórico-prática, pautada na ética, no planejamento, na organização e na redação do trabalho em moldes científicos, buscando ampliar os conhecimentos construídos ao longo do curso.

Capítulo II

Dos Professores Orientadores

Art. 5º O TCC será desenvolvido sob a orientação de um professor efetivo, substituto, visitante ou colaborador da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400





Parágrafo Único. A escolha do Orientador dar-se-á, inicialmente, no Curso de origem; em seguida em outros Cursos, cujo professor se vincule à temática que o aluno deseja realizar seu TCC e, finalmente, em outros Campi da UFMS.

Art. 6º Cabe ao aluno, no final da disciplina de Pesquisa em Educação II indicar, junto com o Projeto, o nome de três possíveis professores orientadores, em ordem de preferência.

Parágrafo Único. O professor da disciplina de Pesquisa em Educação II fará o mapeamento e entrega dos projetos para os professores possíveis orientadores. Estes deverão manifestar o aceite observando os critérios de áreas de estudo de cada orientador e a ordem de preferência manifestada pelo aluno.

Art. 7º O número de Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC que cada docente orientará deverá observar a cada semestre e/ou ano a proporcionalidade entre docentes e acadêmicos do Curso.

Parágrafo Único. É obrigatória a orientação do TCC, por parte dos professores lotados no respectivo curso.

Art. 8º A troca de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante concordância expressa do professor substituído, procedendo-se a comunicação formal ao Coordenador do Curso.

Art. 9º O professor orientador tem as seguintes atribuições:

I- Frequentar as reuniões convocadas pelo professor da disciplina Pesquisa em

Educação II para apresentação das áreas de estudo e outras orientações;

II- Receber e analisar os projetos de TCC que ficarão sob sua responsabilidade;

II- Orientar o conteúdo do TCC de modo que represente acréscimo de conhecimentos para o autor e para a instituição, no tempo estabelecido;

III- Apresentar ao Coordenador de Curso e um Docente designado para auxiliá-lo, com 30 (trinta) dias de antecedência, os TCCs sob sua orientação, para serem remetidas à apreciação das bancas examinadoras;

IV- Participar das bancas de seus orientandos, além das outras que estiver designado;

V- Assinar, juntamente com os demais membros das bancas examinadoras, os pareceres finais das sessões de defesas;

VI- Informar ao Coordenador de Curso e/ou Colegiado, no decorrer do processo, os alunos que não estão desenvolvendo as atividades;



VII- Cumprir e fazer cumprir esta Resolução.

Art. 10. A responsabilidade pela elaboração do TCC é do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas nesta Resolução, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Capítulo III

Dos Alunos em Fase de Realização do Trabalho de

Conclusão de Curso

Art. 11. É considerado aluno em fase de realização do TCC, todo aquele regularmente matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, com projeto de pesquisa definido.

Art. 12. O aluno em fase de realização do TCC tem as seguintes atribuições:

I- Frequentar as aulas e reuniões convocadas pelo seu orientador;

II- Manter contatos semanais com o professor orientador, para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;

III- Cumprir o calendário divulgado para entrega do Projeto, do resultado das etapas previstas e TCC final;

IV- Elaborar o projeto de TCC e entregar ao Professor da disciplina de Pesquisa em Educação II, 01 (uma) cópia;

V- Entregar ao Coordenador de Curso e professor designado para auxiliá-lo, 03(três) cópias de seu TCC, para serem remetidas aos membros da banca examinadora;

VI- Comparecer em dia, hora e local determinado para apresentação pública da versão final de seu TCC, perante banca examinadora;

VII- Elaborar, após a defesa, a versão definitiva de seu TCC e entregar 01(uma) cópia impressa e uma (1) em CD-ROM, ao Coordenador de Curso, no prazo de 30(trinta) dias a contar da data de defesa.

VIII- Cumprir e fazer cumprir esta Resolução.

Capítulo IV

Do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 13. O TCC compreende duas etapas:

§1º A primeira etapa é destinada a elaboração e entrega do projeto na disciplina de Pesquisa em Educação II, sendo a elaboração condição de sua aprovação.

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400





§2º A segunda etapa, desenvolvida nas disciplinas de TCC I e II, é destinada a elaboração, conclusão e defesa do TCC perante banca examinadora.

Art. 14. O aluno deve elaborar seu projeto de TCC de acordo com esta Resolução e com as orientações do professor da disciplina de Pesquisa em Educação II.

Parágrafo Único. A estrutura formal do projeto e do TCC deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sobre documentação, no que forem aplicáveis.

Art. 15. O aluno deve entregar ao professor da disciplina de Pesquisa em Educação II uma cópia do seu Projeto de TCC, em data fixada no calendário pelo professor.

§1º Cabe ao professor da disciplina de Pesquisa em Educação II a avaliação e aprovação dos projetos apresentados pelos alunos.

§2º O projeto reprovado deve ser devolvido ao aluno, no prazo de até 10(dez) dias, para que seja reformulado ou refeito e entregue em data fixada pelo professor da disciplina Pesquisa em Educação II.

§3º Sendo o Projeto novamente reprovado pelo professor de Pesquisa em Educação II, o aluno não logrará aprovação na disciplina.

Art. 16. Aprovado o Projeto de TCC, o professor orientador poderá indicar ajustes necessários, mantendo a temática inicial para o desenvolvimento da pesquisa.

Art. 17. O TCC deve ser elaborado considerando-se:

I- Na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT em vigor sobre documentação, no que forem aplicáveis para artigo científico;

II- No seu conteúdo, as finalidades estabelecidas nas diretrizes do curso de Pedagogia e a vinculação direta do tema com a atividade do pedagogo.

Capítulo V

Da Banca Examinadora

Seção I

Da Composição

Art. 18. A versão final do TCC é defendida pelo aluno perante banca examinadora, presidida pelo orientador, composta por mais dois professores, escolhidos pelo orientador juntamente com o aluno.

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400





§1º Podem fazer parte da banca examinadora, professores de outros cursos com interesse na área de abrangência da pesquisa ou entre profissionais com, no mínimo, Especialização *Lato Sensu* e que exerçam atividades afins com o tema do TCC.

§2º Quando da composição da banca examinadora, deve ser indicado um membro suplente encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de impedimento.

§3º A critério do Colegiado do Curso poderá ser realizada, pela banca examinadora, uma avaliação prévia do TCC.

Art. 19. A banca examinadora somente poderá executar seus trabalhos com os dois membros presentes, além do presidente da sessão.

§1º O não comparecimento de qualquer dos membros designados para a banca examinadora deverá ser comunicado, por escrito, ao orientador do trabalho.

§2º Não havendo possibilidade de composição da banca examinadora ou verificada ausência justificada do aluno, será designada nova data para a defesa, durante o calendário acadêmico.

Art. 20. Todos os professores do curso poderão ser convocados para participarem das bancas examinadoras.

Seção II

Da Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 21. As sessões de defesa dos TCCs são públicas.

Art. 22. O Coordenador de Curso juntamente com um docente designado (a cada ano) deverão elaborar calendário fixando prazos para a entrega dos TCCs, designação das bancas examinadoras e realização das defesas.

Parágrafo Único. Recomenda-se que as defesas ocorram 60 (sessenta) dias antes do término do ano letivo.

Art. 23. Após a data limite para a entrega das cópias finais dos TCCs, o Coordenador de Curso juntamente com um docente designado divulgarão a composição das bancas examinadoras, horários e salas destinadas às defesas.

Art. 24. Os membros das bancas examinadoras, a contar da designação, têm o prazo de, no mínimo 15(quinze) dias para procederem a leitura dos TCCs.

Art. 25. Na defesa, o aluno tem de 15 (quinze) a 20 (vinte) minutos para apresentar seu trabalho e os componentes da banca examinadora 10 (dez) minutos cada para fazer a arguição, dispondo ainda o discente de outros 10 (dez) minutos para responder aos examinadores.

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400





Art. 26. A atribuição do resultado final dar-se-á após o encerramento da sessão, obedecendo aos conceitos emitidos por cada membro da banca (conceitos sendo AP. para aprovado e RP. para reprovado), levando-se em consideração o texto escrito, a exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora.

§1º Para ser aprovado, o aluno deve obter o conceito AP. por todos os membros da banca.

§2º O aluno que não entregar o TCC devidamente corrigido no prazo estabelecido será considerado reprovado.

Art. 27. A avaliação final será registrada em Ata, que será assinada pelos membros da banca examinadora e pelo orientador.

Art. 28. O aluno que não entregar o TCC, ou não se apresentar para a defesa oral, sem motivo justificado, está automaticamente reprovado na respectiva disciplina.

Art. 29. Não há recuperação do resultado atribuído ao TCC, sendo a reprovação definitiva.

§1º Se reprovado, fica a critério do aluno continuar ou não com o mesmo tema de TCC e com o mesmo orientador, desde que haja concordância entre as partes.

§2º Optando por mudança de tema, deve o aluno reiniciar todo o processo de elaboração de Projeto e TCC com o novo professor orientador.

§3º Decidindo continuar com o mesmo tema e orientador, basta que se matricule novamente na disciplina em que foi reprovado.

Art. 30. Ao aluno que tenha sido reprovado é vedada nova defesa, qualquer que seja a alegação, no semestre da reprovação.

Título II

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 31. Pelas suas características, a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso não terá prova optativa nem exame final, dispensando o registro de duas avaliações, conforme exigido nas demais disciplinas.

Art. 32º. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo respectivo Colegiado de Curso no âmbito de sua competência, sendo ouvidos os professores orientadores da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso e a Coordenação de Curso.



Art. 33. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação. Art. 34.
Revogam-se as disposições em contrário.

Câmpus de Naviraí

Rodovia MS 141, KM 4 – Naviraí - MS - 79950-000

Fone: 67-3409-3405/3400

